

ASSIGNATURAS

Por um anno	10.000
Por seis mezes	5.600
Por tres mezes	3.000

Avulso por folha	300
Anuncios, por linha	300

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, *fora de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12.000
Por seis mezes	6.600
Por tres mezes	3.600

Comunicados e correspondencias, por linha	300
-------------------------------------------	-----

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, anuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os anuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 225.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha..... 3\$600 réis Sem estampilha..... 3\$000 „

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—3.ª Secção

Usando da autorização conferida ao governo pela lei de 4 de junho do anno passado; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder a pensão annual e vitalicia de 150\$000 réis a Maria da Piedade Pereira, em remuneração dos valiosos e importantes serviços, prestados, durante a epidemia da cholera morbus em 1856, por seu filho Antonio Maria Freire, não só como facultativo particular, mas como subdelegado tecnico do conselho de saude no posto medico de Pedroços e Alcantara, perecendo victima de zelo e dedicação no curativo dos enfermos atacados pela mesma epidemia, e em attenção a achar-se a supplicante em estado valletudinario, e privada dos meios indispensaveis á sua subsistencia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Attendendo ao que me representou João Machado, na qualidade de tutor dos menores Albino Machado, e Manuel Antonio Machado, filhos de Manuel Antonio Machado, cirurgião, que foi, do partido da camara municipal de Vimioso, districto de Bragança, pedindo para os seus tutelados uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho de 1859, com o fundamento de haver o referido facultativo prestado distintos serviços no tratamento dos doentes de cholera morbus em 1856, até que d'ella foi victima, e de não ter deixado meios alguns com que se provosse á subsistencia e educação de seus dois filhos; e achando-se provada por documentos e informações das autoridades administrativas do respectivo districto a verdade dos factos allegados pelo tutor; usando da faculdade conferida ao governo na lei citada; e conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder aos menores Albino Machado, e Manuel Antonio Machado, a pensão annual e vitalicia de 120\$000 réis, para ser dividida igualmente entre os dois, e gozada somente até que completem a idade de 25 annos, se antes não obtiverem algum emprego publico.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 6 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 21 do corrente mez, perante os commissarios dos estudos respectivos, as cadeiras de instrucção primaria, para o sexo feminino, de Paredes, concelho do mesmo nome, no districto do Porto; e da villa de Ourique, concelho do mesmo nome, no districto de Beja; sendo a ultima com o ordenado annual de 50\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 100\$000 réis pela camara municipal respectiva, dos rendimentos das capellas que administra; e a de Paredes com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pela camara municipal respectiva.

As que pertencerem ser providas nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 30 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal e pelo administrador do concelho ou concelhos onde tiverem residido os ultimos tres annos; e documento por onde provenha que não padecem molestia contagiosa: todo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames, na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 17 de março de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença as informações dadas pelo governador do bispado de Bragança, com o resultado do concurso a que mandei pro-

ceder, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira caputular da respectiva sé cathedra, vaga por obito de seu ultimo e immediato possuidor Luiz Antonio Falcão; e attendendo eu a que o presbytero Antonio Joaquim de Oliveira Moz, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, em vista do seu regular comportamento, se torna, na opinião do dito governador, merecedor de justa contemplação, porque alem de condecorado com o grau de bacharel formado na faculdade de theologia pela universidade de Coimbra, e de possuir portanto a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do referido decreto, já tem dado provas de idoneidade no exercicio do magisterio, como professor de sciencias ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero e bacharel Antonio Joaquim de Oliveira Moz, de o apresentar na mencionada cadeira caputular da sé cathedra de Bragança, vaga na forma acima declarada, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo subido á minha real presença as informações dadas pelo governador do bispado de Bragança, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento do canonicado da respectiva sé cathedra, vaga pela transferencia do seu ultimo e immediato possuidor, o presbytero Antonio Ferreira de Miranda e Oliveira, para uma cadeira caputular da sé cathedra de Leiria; e attendendo a que o presbytero Manuel Antonio Pires, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, se torna, na opinião do mesmo governador, merecedor de justa contemplação, por seu regular comportamento, e serviços prestados á igreja e ao estado; e por possuir a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do citado decreto; de que tem dado provas distinctas de idoneidade no exercicio, em que ha quatro annos se acha, do magisterio de sciencias ecclesiasticas no seminario diocesano de Bragança: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero, Manuel Antonio Pires, de o apresentar no referido canonicado da sé cathedra de Bragança, vaga na forma acima declarada, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo subido á minha real presença as informações dadas pelo governador do bispado de Bragança, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno findo, para o provimento do canonicado vago na respectiva sé cathedra, por obito do conego Martinho de Sampaio e Costa; e attendendo a que o presbytero José Maria Pereira Lobo, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, alem de condecorado com o grau de bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e de possuir portanto a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do referido decreto, se torna, na opinião do mesmo governador, merecedor de contemplação, por seu regular comportamento: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero o bacharel José Maria Pereira Lobo, de o apresentar no mencionado canonicado da sé cathedra de Bragança, vaga na forma acima declarada, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da informação do reverendo bispo de Angra, resolver que se abra concurso para o provimento da parochial igreja de Santa Beatriz das Quatro Ribeiras da ilha Terceira, nos termos do alvará chamado das facultades, de 14 de abril de 1781, e em harmonia com o disposto na portaria de 21 de março de 1842. E quer Sua Magestade que o reverendo bispo de Angra envie, por este ministerio, a informação e proposta sobre o resultado do concurso, instruído segundo a pratica e as determinações que a regulam.

Paço das Necessidades, em 14 de março de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Tendo chegado ao meu conhecimento a maneira irregular e inconveniente, por que se tem havido no desempenho das funções do seu cargo o director do correio de Ceia, Luiz de Almeida e Mello; e constando-me que as repetidas reprehensões, multas, e suspensões, que elle tem soffrido, de nada têm servido para o fazer mudar de comportamento: hei por bem, conformando-me com a proposta que á minha real presença fez subir o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, em data de 6 do corrente mez, demittir ao referido Luiz de Almeida e Mello do lugar de director do correio de Ceia, para que havia sido nomeado por decreto de 28 de novembro de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessi-

dades, em 7 de março de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

Attendendo ao que me representou Joaquim Pereira da Costa, e conformando-me com a proposta que, a seu respeito, fez subir a minha real presença o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, em data de 6 do corrente mez: hei por bem nomear-lo para o lugar de director do correio de Ceia, que se acha vago, pela demissão que, por decreto d'esta data, fui servido dar a Luiz de Almeida e Mello; ficando o agraciado obrigado a tirar carta de serventia vitalicia, com previo pagamento dos direitos que dever, e a prestar a competente fiança no prazo da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 7 de março de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

Attendendo ás circumstancias que correm na pessoa de Manuel de Freitas Costa, e conformando-me com a proposta que, a seu respeito, fez subir o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino: hei por bem nomear-lo praticante da administração central do correio de Vizeu, lugar que se acha vago pela exoneração concedida, por decreto de 15 de fevereiro ultimo, a Manuel de Figueiredo e Sá; devendo o agraciado tirar carta de serventia vitalicia, com previo pagamento dos direitos que dever.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de março de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

Attendendo a que o fiel thesoureiro da administração central do correio de Coimbra, Ruben Pereira de Carvalho, não pôde continuar no exercicio d'aquelle emprego, allegando para isso o seu mau estado de saude; e conformando-me com a proposta que a este respeito fez subir o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino: hei por bem exonera-lo do sobredito lugar de fiel thesoureiro, para que havia sido nomeado por decreto do 1.º de fevereiro de 1854.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de março de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas

1.ª Secção

As aguas thermais e minerais são incontestavelmente um dos productos naturaes do reino inorganico, que maiores beneficios têm feito, e que continuará a fazer á humanidade n'um grau tanto mais proveitoso, quanto maior for sendo o aperfeiçoamento da arte de curar. Desde muito tempo que os paizes mais bem regidos da Europa têm estudado com a maior solicitude todas as circumstancias que podem respeitar a um fim tão utilitario: a historia e a estatística das aguas medicinas, as suas qualidades physicas e condições topographicas, o numero e a proporção dos seus contentos mineralisadores, a execução de todos os meios conhecidos e imaginaveis para elevar este poderoso meio de curar ao grau de perfeição, e ao aproveitamento que é possível atingir no estado da civilização europeia, tudo tem sido executado em França, Alemanha, Inglaterra, Italia, e em parte no visinho reino de Hespanha. Em Portugal porém, com quanto se tenham empenhado alguns esforços por parte dos governos, das autoridades locais, e pelos particulares, ou por interesse ou por caridade, e por alguns dos nossos naturalistas pelo amor da sciencia, para tornar mais vantajoso e conhecido o uso de algumas das nossas aguas medicinas, pôde com tudo dizer-se que estes esforços são insufficientes em comparação dos que é preciso emprender para formar um corpo de historia descriptiva das aguas minerais e thermais, de todo o reino e ilhas adjacentes, e para se poder promover os meios de obter o maximo aproveitamento possível d'estas aguas.

Sendo, pois da mais evidente utilidade publica, dar execução da maneira a mais prompta e exacta ao inventario de todas as nossas aguas medicinas do reino e ilhas adjacentes; fazer a sua historia e estatística; conhecer, ainda que seja de um modo approximado, quaes são as suas qualidades, o beneficio que actualmente prestam á medicina; quaes as suas condições geraes e particulares, e meios de as melhorar; e sendo os medicos, cirurgiões, e os engenheiros de minas, as pessoas mais competentes para, por si, e com o auxilio das informações locais, obterem os esclarecimentos necessários áquelle fim: ha por bem Sua Magestade ordenar que seja remittida ao governador civil do districto de Aveiro a nota dos quesitos que acompanha a presente portaria, a fim de que, sendo enviada a todos os facultativos de partido municipal, aos delegados de saude, e aos clinicos que maior conhecimento pratico tiverem de certas aguas medicinas, e que o mesmo governador civil julgar conveniente consultar, hajam de satisfazer ás indicações constantes da nota junta; enviando ao ministerio das obras publicas, commercio e industria, todos os esclarecimentos colligidos sobre o assumpto, á medida que dos diferentes concelhos ou localidades forem sendo recebidos no respectivo governo civil.

Confiando o mesmo augusto senhor, que as pessoas a quem está committido o humanitario e honroso ministerio de curar, e onde o sentimento de caridade e o amor da sciencia se acham tão desenvolvidos, pelo menos como nas outras classes illustradas da sociedade, e ás quaes mais directamente respeita o cumprimento d'esta portaria, cooperarão para a melhor vontade na aquisição dos esclarecimentos exigidos.

Paço, em 10 de março de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para o governador civil do districto de Aveiro.

Identicas para todos os governadores civis do continente do reino e ilhas adjacentes.

NOTA DOS QUESITOS A QUE SE REFERE A PORTARIA CIRCULAR D'ESTA DATA

Denominação e sede do estabelecimento

1.º Denominação da fonte ou estabelecimento.

2.º Sua distancia á povoação mais proxima, á freguezia e á cabeça do concelho a que pertence a localidade onde se acha

Noticia da fonte ou estabelecimento e suas condições economicas em geral

1.º Historia da fonte ou estabelecimento, da povoação mais visinha.
2.º Nome do proprietario da nascente ou do sólo onde ella se acha.
3.º Se o estabelecimento é particular, municipal, do estado, de alguma sociedade ou companhia.
4.º Commodidades e subsistencias que os frequentadores dos banhos encontram ou podem encontrar n'esta povoação.
5.º Que numero de fogos tem a povoação onde se recolhem as pessoas que vão ao uso das aguas.
6.º Natureza e estado das communicações com a cabeça do districto, com as estradas principaes, etc.

Condições physico-topographicas das nascentes e do estabelecimento

1.º Idéa geral da localidade e do estabelecimento, descripção geral do edificio (havendo-o), sua exposição e distribuição interior.
2.º Se o sitio onde apparece a agua ou onde está o estabelecimento é pantanoso, se está na margem de algum rio, ribeira, etc., ou se se acha situado em serra; e n'este caso que exposição tem a vertente, e a que altura está a fonte ou estabelecimento da encosta.
3.º Quaes são os ventos que predominam na localidade, especialmente na epocha em que o estabelecimento é frequentado.
4.º Se o terreno adjacente á fonte ou ao estabelecimento é muito quebrado e desigual, unido ou plano, se inculto, agricultado, arborizado, etc.

Descripção da nascente

1.º Se a nascente cae em bica ou se repuxa do sólo.
2.º Se nasce no alveio de algum rio ou ribeira.
3.º Situação do nível da nascente com relação ao nível do alveio das aguas correntes mais proximas (quando não se dê a circumstancia precedente).
4.º Natureza do sólo d'onde rebenta a nascente, se é cascalho, humus ou rochedo.
5.º Se a nascente está desacompanhada de obras de arte, totalmente exposta ás injurias do tempo, ou se tem algum abrigo que a preserve.
6.º Se a agua é represada em reservatorios, ou é logo empregada ao sair da nascente.
7.º De que são construídos os reservatorios e as banheiras.

Uso das aguas

1.º Se as aguas são applicadas internamente, em banhos, ou de uma e de outra forma: se são applicadas no seu estado natural ou maritadas.
2.º Se são exportadas para uso interno ou para banhos.
3.º Se ha aparelhos para banhos de chuva, de choque, de vapor, de estufa, etc.

Condições physicas e chimicas da agua mineral

1.º Força da nascente avaliada em volume de um modo mais ou menos approximado; permanencia, ou intermittença d'este volume; em que epochas se manifestam alterações (havendo-as) e que ligação immediata se presume haver entre estas e as aguas das chuvas, as neves, etc.
2.º Temperatura da agua avaliada pelo thermometro, ou pelo menos apreciada pela mão, referindo-se á temperatura da agua commun mais proxima e com referencia a uma epocha do anno; variações d'esta temperatura.
3.º Sabor—se é ou não potavel.
4.º Cor—se é limpa ou turva.
5.º Cheiro—se tem cheiro de agua das Caldas ou outro que se distinga do da agua commun.
6.º Composição chimica—copia de alguma analyse que haja, referindo-se o nome do autor e a epocha em que foi feita.—Resultado de alguns ensaios que se façam na occasião.—Conjecturas que ha sobre os seus principios mineralisadores, e fundamentos d'estas conjecturas. Se tem gazes ou acidos livres.
7.º Formação geologica (sabendo-se), ou natureza em geral do terreno da localidade onde se acha a nascente, se são rochas graniticas, schistosas, calcareas, arenosas, etc.
8.º Se ha animaes e vegetaes que vivam na agua mineral.
9.º Se a agua é aquecida artificialmente para ser empregada, e n'este caso qual é a natureza dos vasos empregados para este fim, sua forma e grandeza; cautelas empregadas n'esta operação, e que perdas reaes ou conjecturadas soffrem os principios mineralisadores da agua com este processo.

Virtudes therapeuticas

1.º Em que molestia se têm applicado.
2.º Em que molestias se tem visto que mais aproveitam.
3.º Se o bom resultado therapeutico (quando tem lugar) costuma apparecer durante o uso das aguas, ou tempo depois; e n'este ultimo caso qual em geral a demora.
4.º Se costuma apparecer alguma erupção cutanea nos primeiros dias de applicação da agua medicinal, e se esta erupção costuma ser precursora de bons resultados therapeuticos.
5.º Qual é a constancia das virtudes therapeuticas.
6.º Se estas são variaveis e qual é a lei d'estas variações.
7.º Que causas conhecidas ou presumidas determinam a alteração ou a variação das suas qualidades therapeuticas.

Considerações geraes sobre a parte economica, administrativa, policial e estatistica dos estabelecimentos das aguas medicinas

1.º Fontes de receita.
2.º Custeamento em geral do estabelecimento.
3.º Calculo approximado da riqueza deixada em cada anno na localidade pelos concorrentes; notando-se a parte d'esta que fica na povoação; e a que vai para o estabelecimento.

4.º Estado do edificio em geral; das canalisações, banheiras, e das officinas e mais pertencas do estabelecimento.

5.º Obras de que carece; defeitos que se notam e meios de os remediar.
6.º Cópia de alguns estatutos ou regulamentos do estabelecimento; na sua falta como é que se regula o serviço e policia das aguas.
7.º Movimento annual dos concorrentes ao estabelecimento—tempo pouco mais ou menos que se costumam demorar.
8.º O que se tem escripto, ou o que se acha publicado, a respeito do estabelecimento ou das aguas medicinas, quer na parte historica, administrativa ou scientifica; e onde se poderão haver estas publicações, ou consultar aquellos escriptos.

Repartição de minas, em 10 de março de 1860.—Carlos Ribeiro.

2.ª Secção

Tendo requerido a companhia harmonia que nos termos do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852 e respectivo regulamento de 9 de dezembro de 1853 se lhe concedesse os direitos de descoberta da mina de carvão, sita em Valle de Carros, lugar de Ervedosa, concelho de Gondomar, districto do Porto:

Vistos os documentos por onde se prova que a companhia requerente satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado decreto;

Visto o relatório do engenheiro João Baptista Schiappa de Azevedo, inspector das minas do primeiro districto do reino, que examinou a posição do jazigo e verificou a existência do deposito, como determina o artigo 13.º do mesmo decreto;

Visto o parecer do conselho de minas interposto na sua consulta de 3 do corrente mez, no qual a mesma companhia é considerada legalmente habilitada na qualidade de descobridora da mina de que se trata:

Ha por bem Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a mencionada consulta do conselho de minas, declarar:

1.º Que a companhia supplicante é reconhecida como proprietaria legal da descoberta da mina de carvão, sita em Valle de Carros, lugar de Ervedosa, concelho de Gondomar, districto do Porto, cuja posição se acha topographicamente designada na planta que por copia acompanha a presente portaria.

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, notados na planta junta com traços de cor vermelha, abrangem um parallelogramo ABCD formado da maneira seguinte:—Pelos dois pontos que limitam pelo norte a concessão de S. Pedro da Cova se tire uma linha recta prolongada por um e outro lado, marque-se sobre esta linha para oeste do segundo marco (o mais occidental) a extensão de cincoenta metros, cujo extremo será o ponto A, marque-se para este do primeiro marco sobre a mesma linha a extensão de duzentos metros, cujo extremo será o ponto B. Pelos pontos A e B se tirem para o norte duas linhas na direcção N.S. magnetico, e marcando sobre cada uma d'ellas seiscentos metros determinarão as suas extremidades os dois pontos C e D, que unidos por uma quarta recta fecharão o parallelogramo com a área de cento noventa e cinco mil metros quadrados.

3.º Que nos termos do artigo 14.º do citado decreto são concedidos á mencionada companhia seis mezes contados da publicação d'este titulo no Diario de Lisboa para mostrar que tem os fundos necessários para a lavra d'esta mina, ou organizar para este fim uma nova companhia, ou demonstrar que possui os meios precisos para esta lavra, alem dos que estão destinados para a mina do Valle do Deão de que é concessionaria; na intelligencia de que, não se habilitando n'estes termos dentro d'aquelle prazo improrrogavel, será a concessão d'esta mina posta a concurso na conformidade da lei.

4.º Que pelo presente diploma são conferidos á companhia requerente para todos os effectos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem como descobridora da mencionada mina.

O que tudo se comunica á companhia harmonia para seu conhecimento e mais effectos, ficando obrigada a apresentar n'este ministerio a certidão de haver feito registrar na respectiva camara municipal a presente portaria na sua integra, sem o que não terá inteira validade.

Paço, em 30 de janeiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para a companhia harmonia.

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se faz publico o seguinte officio do consul de Portugal em Barcelona:

—Ill.º e ex.º sr.—Tenho a honra de remetter a v. ex.º os mappaes de importação e exportação, pelos quaes observará v. ex.º que as transacções mercantis entre Portugal e este districto consular têm augmentado de uma maneira bastante notavel, e me lisonjeia, ex.º sr., de ter empregado todos os meios ao meu alcance para conseguir este desejado fim.

Fizeram-se avultadas remessas de aguardentes d'este paiz para o Porto; este liquido conservou quasi sempre n'este mercado preços baixos, que derao lugar a especular.

A raspa de couro, procedente do Porto, obteve sempre prompta venda.

A nossa cêra de Angola era aqui inteiramente desconhecida, hoje posso assegurar a v. ex.º, que, em consequencia dos informes por mim facilitados a varias casas de commercio d'esta praça, aquelle artigo terá aqui um novo mercado, e talvez muito importante.

E quanto por hoje se me offerece levar ao conhecimento de v. ex.º

Deus guarde a v. ex.º Consulado de Portugal em Barcelona, em 30 de janeiro de 1860.—Ill.º e ex.º sr. conselheiro Joaquim Larcher, director geral do commercio no ministerio das obras publicas.—Cesario Zuzarte Wren.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 9 de fevereiro de 1860.—João Palla de Faria Lacerda.

Mapa da importação em embarcações nacionais e estrangeiras, vindas dos diferentes portos de Portugal e seus domínios, e entradas nos d'este districto consular, no 1.º e 2.º semestres do anno de 1859

PORTOS	DÁTAS	QUALIDADE DAS EMBARCAÇÕES	NOMES	NAÇÕES	PROCEDÊNCIAS	TONELEADAS	CARGAS							VALOR DAS CARGAS EM REIS	OBSERVAÇÕES
							BAGA DE SABUGUEIRO		Saccos de rassa de couros	Moitos de leças	Quintas de carvão de pedra	Pipas de aguardente	Madeira		
							Caixas	Saccos							
Barcelona	Janeiro	9	Hiate	Dois Irmãos	Portuguez	70	640	-	-	-	-	-	-	4:000\$000	Carga, 82 toneladas de carvão de pedra. Idem, 190 ditas idem idem.
Idem	Idem	13	Dito	Divina Providencia	Idem	63	12	-	200	-	-	-	-	2:000\$000	
Idem	Idem	31	Dito	Amal	Idem	56	156	-	100	-	-	-	-	3:000\$000	
Idem	Idem	7	Hiate	Providence	Idem	58	75	-	300	-	-	-	-	5:000\$000	
Idem	Idem	14	Dito	Oriente	Idem	130	584	-	-	170	-	-	-	5:000\$000	
Idem	Idem	8	Dito	Amelia	Idem	102	343	-	-	3500	-	-	-	4:000\$000	
Idem	Idem	20	Dito	Rival	Idem	137	594	-	-	4000	-	-	-	5:000\$000	
Idem	Idem	23	Dito	Aveiro	Idem	52	-	-	-	-	-	-	-	-	
Idem	Idem	30	Dito	Aveiroense	Idem	95	-	-	-	-	-	-	-	-	
Idem	Idem	30	Dito	Bengalia	Idem	100	-	-	-	-	-	-	-	-	
Idem	Idem	6	Dito	Henriqueta	Idem	120	-	-	-	-	3:190	-	-	-	
Idem	Idem	22	Hiate	Dois Irmãos	Idem	120	-	-	-	-	3:641	-	-	-	
Idem	Idem	22	Hiate	Dois Irmãos	Idem	70	200	467	-	-	-	-	-	9:000\$000	
Idem	Idem	4	Dito	Oriente	Idem	130	780	60	-	-	-	-	-	10:000\$000	
Idem	Idem	8	Dito	Rival	Idem	130	-	-	-	-	-	75	-	10:000\$000	
Valencia	Idem	6	Dito	Estrella	Idem	95	-	-	-	-	-	-	-	2:000\$000	
Idem	Idem	13	Rasca	Salinero de Aveiro	Idem	130	-	-	-	-	-	-	-	2:500\$000	
Idem	Idem	22	Hiate	Salinero	Idem	78	-	-	-	-	-	-	-	2:200\$000	
Idem	Idem	31	Dito	Carolina	Idem	140	-	-	-	-	-	-	-	3:000\$000	
						1786	3384	527	600	7670	6831	75	-	66:700\$000	

Consulado da nação portugueza em Barcelona, em 31 de dezembro de 1859.—*Cetano Zuzarte Wren*.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 9 de fevereiro de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Mapa da exportação em embarcações nacionais e estrangeiras, expedidas dos portos d'este districto consular para os de Portugal e seus domínios, no 1.º e 2.º semestres do anno de 1859

PORTOS	DATAS	QUALIDADE DAS EMBARCAÇÕES	NOMES	NAÇÕES	MESTRES OU CAPITÃES	PROPRIETARIOS	CONSIGNATARIOS	DESTINOS	TONELEADAS	TRILHAÇAS	PASSAGEIROS	CARGAS					VALOR DAS CARGAS EM REIS	OBSER- VAÇÕES
												Pipas aguardente	Sacos cravados	Quintas comilhões	Quintas plumaria			
Barcelona	Janeiro	8	Hiate	Amirante do Porto.	Portuguez.	Antonio Fernandes Mano.	Capitão	Massa & Navarro	Porto	120	9	-	-	-	-	-	-	Em lastro
Idem	Idem	15	Dito.	Caminha	Dito.	João da Costa Guerra	Idem	Idem	Gibraltar	132	10	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	18	Dito.	Divina Providencia.	Dito.	Salvino José Salgado	Idem	Idem	Lisboa.	63	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Pevereiro	7	Dito.	Aninha	Dito.	Joaquim da Rosa	Idem	Idem	Idem	56	8	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	15	Dito.	Providencia	Dito.	Antonio dos Santos Machado	Idem	Idem	Idem	88	8	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	15	Dito.	Dois irmãos	Dito.	Antonio Gomes Netto.	Idem	Idem	Porto	70	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Março	16	Dito.	Oriente	Dito.	Antonio Francisco Pelica	Idem	Idem	Idem	130	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Abril	17	Dito.	Amelia	Dito.	Francisco Gonçalves Tinoco	Idem	Idem	Genova	402	7	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Junho	1	Dito.	Correio de Aveiro	Dito.	Antonio Christovão	Idem	Idem	Lisboa.	72	7	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	14	Dito.	Rival	Dito.	N. Faria	Idem	Idem	Pernambuco	130	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	20	Dito.	Aveiroense	Dito.	J. O. Salca	Idem	Idem	Lisboa.	95	8	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Agosto	3	Bergantim escuma.	Santa Família	Espanhol.	J. M. Rodrigues	Idem	A ordens.	Porto	130	9	-	-	-	-	-	8:500,000	Idem
Idem	Idem	11	Bergantim	Oliveira	Portuguez.	J. A. Fernandes	Idem	J. J. de Oliveira	Villa Nova de Portimão.	100	11	-	-	-	-	-	-	Em lastro
Idem	Setembro	15	Dito.	Henriqueta	Dito.	J. G. Pestana	Capitão	Idem	Gibraltar	120	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Outubro	15	Hiate.	Oriente	Dito.	Antonio J. Pelica	Idem	Massa & Navarro.	Porto	130	9	-	3	3	4	2	300,000	Idem
Idem	Novembro	27	Dito.	Rival	Dito.	José Pedro de Faria	Idem	S. Gonçalves de Faria	Tarragona	130	8	-	-	-	-	-	-	Em lastro
Cartagena.	Janeiro	19	Brigue barca	Atalante	Inglez	M. Tobling	Capitão	Idem	Sines	280	8	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	25	Bergantim escuma.	Emilio	Espanhol	F. Pascoal	Idem	Idem	Lisboa.	100	10	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Abril	9	Bergantim	Thalia	Inglez	T. W. Holland	Idem	Idem	Faro	200	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	14	Dito.	Sumbeam	Dito.	C. Walker	Idem	Idem	Villa Nova	190	8	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	13	Dito.	Mary Glaspie	Dito.	J. Wangh	Idem	Idem	Setubal	195	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Dezembro	27	Bergantim escuma.	Alarne	Portuguez.	R. A. Pereira Caldas	Idem	Idem	Lisboa	80	7	-	-	-	-	-	-	Idem
Tarragona	Agosto	27	Bergantim	Oliveira	Dito.	José Alvares Fernandes.	Idem	J. J. de Oliveira	Porto	158	11	-	190	-	-	-	17:480,000	Idem
Idem	Setembro	27	Escuma	Freak	Inglez	T. J. Hodlem	Idem	Idem	Lisboa	118	7	-	-	-	-	-	-	Em lastro
Idem	Dezembro	8	Pallahote.	Rival	Portuguez.	José Pedro de Faria	Idem	S. Duarte Oliveira	Gibraltar	129	8	-	156	-	-	-	18:400,000	Idem
Valencia	Agosto	6	Hiate.	Estrella.	Dito.	José Maria Silva	Capitão	Idem	Idem	95	11	-	-	-	-	-	-	Em lastro
Idem	Idem	13	Rasca	Salinero de Aveiro.	Dito.	Antonio Gomes	Idem	Idem	Idem	130	9	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	22	Hiate.	Saltarello	Dito.	Vicente Henrique	Idem	Idem	Lisboa	78	7	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Idem	31	Dito.	Carolina	Dito.	Luiz Salgado	Idem	Idem	Idem	140	11	-	-	-	-	-	-	Idem
Idem	Outubro	29	Bergantim	Broder Clamer.	Nortueguez	Luiz Mocheibet	Idem	Idem	Setubal	140	11	-	-	-	-	-	-	Idem
									8:571	256	-	433	3	4	2	44:680,000		

Consulado da nação portugueza em Barcelona, em 31 de dezembro de 1859.—*Cetano Zuzarte Wren*.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 9 de fevereiro de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Mapa do movimento dos navios portos portuguezes no porto de Barcelona, no 4.º trimestre de 1859

1859	PORTUGUEZES			ESTRANGEIROS		
	NUMERO DE NAVIOS	EQUIPAGEM	TONELEADAS	NUMERO DE NAVIOS	EQUIPAGEM	TONELEADAS
Entrados	1	9	130	-	-	-
Saídos	1	9	130	-	-	-
	2	18	260	-	-	-

Consulado de Portugal em Barcelona, 31 de dezembro de 1859.—*Cetano Zuzarte Wren*, consul.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 9 de fevereiro de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Mapa do movimento de importação e exportação no porto de Barcelona, no 4.º trimestre de 1859

1859	VALORES		TOTAL	DIFERENÇA
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO		
Em navios portuguezes	10:000\$000	300\$000	10:300\$000	10:000\$000
Em navios estrangeiros	-	-	-	-
	10:000\$000	300\$000	10:300\$000	10:000\$000

Consulado de Portugal em Barcelona, 31 de dezembro de 1859.—*Cetano Zuzarte Wren*, consul.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 9 de fevereiro de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, ações de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana de 12 a 17 de março de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				AÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS								
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS AÇÕES			NUMERO DAS QUE PREFEIZEM A TOTALIDADE DO CAPITAL	VALOR NOMINAL DE CADA UMA AÇÃO	QUANTAS AÇÕES ESTÃO JÁ EMITTIDAS	DESEMBOLSO	CURSO EM MOEDA SONANTE	ULTIMO DIVIDENDO PAGOS
Inscrições de assentamento de 3 por cento, com juro desde o 1.º de janeiro de 1860.....	47	47 1/4		BANCOS....	(de Portugal (títulos de cinco ações).....	16.000	500.000	todas	500.000	549.000	549.000	2.º semestre de 1859
Inscrições com coupons, idem idem.....	46	46 1/4			commercial do Porto.....	10.000	200.000	6.387	200.000	257.000	256.000	Idem
Certificados de divida differida.....	39 1/2	39 1/2			mercantil portuense.....	7.500	200.000	todas	200.000	280.000	285.000	Idem
					das lezírias do Tejo e Sado.....	4.000	500.000	»	500.000	460.000	462.000	Anno de 1859
					união mercantil.....	5.000	90.000	3.000	90.000	90.000	—\$—	
					de seguros bonança.....	7.840	200.000	todas	12.000	40.000	42.000	Anno de 1858
					de seguros fidelidade.....	1.344	1.000.000	»	50.000	305.000	308.000	Anno de 1859
					de seguros segurança do Porto.....	1.000	1.000.000	»	50.000	170.000	172.000	Até 80 de junho de 1859
					de seguros garantia.....	1.000	1.000.000	»	60.000	120.000	130.000	Até 80 de junho de 1858
					de seguros equidade.....	2.000	500.000	»	25.000	30.000	30.000	Até 30 de junho de 1857
				de fiação e tecidos lisboenses.....	10.000	100.000	5.000	100.000	85.000	90.000	Anno de 1859	
				de fiação e tecidos de Torres Novas.....	4.000	100.000	1.998	50.000	68.000	70.000	Idem	
				de lanifícios do Campo Grande.....	2.400	50.000	1.389	50.000	26.000	28.000	Anno de 1856	
				lisboense de illuminação a gaz.....	20.000	50.000	16.000	50.000	49.000	50.000	2.º semestre de 1859	
				portuense de illuminação a gaz.....	8.000	50.000	todas	50.000	38.000	40.000	2.º semestre de 1857	
				idem idem beneficiarias.....	4.000	50.000	»	—\$—	3.000	—\$—		
				coimbrinse de illuminação a gaz.....	4.000	25.000	»	25.000	25.000	—\$—	2.º semestre de 1859	
				dos vapores de Azambuja.....	1.600	150.000	»	150.000	48.000	50.000	2.º semestre de 1853	
				dos vapores do Tejo.....	30.000	50.000	2.020	50.000	10.000	11.000	Anno de 1855	
				de carruagens omnibus.....	600	100.000	400	100.000	100.000	102.000	Anno de 1859	
				de carruagens lisboenses.....	5.000	10.000	todas	10.000	7.500	8.000	2.º semestre de 1858	
				de papel de Alenquer.....	60	1.000.000	40	1.000.000	1.000.000	—\$—		
				de algodões de Xabregas.....	750	200.000	todas	200.000	200.000	203.000	Anno de 1858	
				lusitania de navegação a vapor.....	160	550.000	»	550.000	600.000	605.000	2.º semestre de 1859	
				de manutenção civil.....	1.600	100.000	»	100.000	100.000	—\$—		
				de mangleiras e malas-postas portuguezas.....	1.600	50.000	1.044	50.000	—\$—	—\$—		
				COMPANHIAS								
									</			

dios das passagens por adulto e menor.—8.º Observações. Camara dos pares, 12 de março de 1860. —*Sá da Bandeira.*

Disse que isto não é cousa que o governo possa satisfazer repentinamente, mas com algum tempo de demora poderá fazê-lo.

Também mandou para a mesa outro requerimento, o qual pede que fique para segunda leitura.

O sr. Presidente:—A camara sabe que é pratica constante votar estes requerimentos immediatamente, e por consequencia vou pôr o 1.º á votação, ficando o ultimo para segunda leitura, como pede o digno par.

Foi approvado. Dar-se-ha conta do 2.º quando tiver segunda leitura.

O sr. Marquez de Vallada:—depois de ter lido n'um artigo do *Jornal do Porto* o despacho do juiz de direito de Felgueiras, em que se dá por suspeito, e jura a susceção, n'um processo que perante elle corre, em que são auctores D. Leonor Rosa de Guimarães e outros, e réu o commendador Joaquim Maria Osorio, da cidade de Lisboa; no qual despaicha o juiz allude a um documento que se lhe arroja de mui alto, e que produziu n'elle uma irritação que não se combina com a imparcialidade que deve ter um juiz, e lamenta a desmoralisação que lavra pelo paiz; disse que não conhecia este juiz, que procuraria informar-se de qual era a opinião que d'elle havia para graduar o grau de importancia que mereceria este documento, e devia declarar que as informações que d'elle obteve lhe eram muito honrosas: que havia por tanto aqui alguma cousa que cumpria esclarecer, e por tanto que viera para a camara resolver a pedir ao sr. ministro da justiça tratasse de informar-se do que havia a este respeito; e como s. ex.ª não está presente, dirigia-se ao sr. ministro da fazenda que via no seu logar para pedir-lhe que tivesse a bondade de prevenir o seu collega, de que elle, orador, tencionava pedir-lhe explicações na primeira occasião em que o visse aqui.

O sr. Ferrão:—declarou á camara que era a elle digno par, que se referiu o juiz de direito de Felgueiras no despacho que se acabava de ler, e que o documento alludido era uma carta particular que tinha escripto aquelle juiz, facto de que não se arrepente, e que pelo contrario muito o honra; pois n'essa carta mostrava ao juiz o que devia fazer para seguir a lei, e lhe notava os erros em que tinha caído, fazendo violencia e vexames que nenhuma lei auctorisa, mas que observasse a camara que antes de escrever aquella carta se havia dado por suspeito na causa de que se tratava para n'ella não poder nunca julgar.

Tem a convicção profunda de que cumpriu um dever de humanidade e rectidão, e espera que a mesma chegará a seu turno a todos porque o processo ha de apparecer, e vê-se-ha então a verdade, e a innocencia e o direito serão desagravados. Maravilha-se comtudo tanto de que aquelle juiz se referisse a uma carta particular n'um acto publico; e não menos que em 26 de fevereiro mostrasse uma indignação que o caso não pedia, e que não podia conciliar-se com os termos benevolos de que lhe respondeu no mesmo dia em que recebeu a carta, com o teor da qual declarou que não concordava, como a camara pôde ver pela resposta que recebeu, e que vae passar a ler (leu). A camara vê que aquelle ministro não se deu por injuriado; e é obvio que, logo que respondeu, o negocio tinha ficado ali, e não devia mais vir a lume.

Fez diversas considerações explicando esta questão, os interesses que n'ella estão envolvidos, alguns dos maneios que se têm feito para prejudicar direitos legítimos, tudo o que, e muitas outras cousas mais, podia desenvolver e documentar, porque não lhe faltam documentos, mas que reservava para occasião mais opportuna o fazer; e que por agora limitava-se a auctorisar o juiz em questão a publicar a carta particular que elle, orador, lhe tinha escripto.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—disse que, sendo estranho a este negocio, apenas podia comprometter-se a dar conta ao seu collega da justiça do que se acabava de passar.

O sr. Marquez de Vallada:—não sabia quem era a pessoa a que tinha alludido o juiz de direito de Felgueiras no despacho que leu do *Jornal do Porto*, porque recebeu só este pelo correio, não tem portanto seguido a sua leitura; e assim que viu isto, sem tratar de indagar a quem isto poderia referir-se, o que seria mesmo uma cousa inutil, resolveu-se a vir á camara chamar a attenção do governo sobre este negocio; mas agora que vê que está nelle envolvido um seu collega d'esta camara, aquillo que até agora lhe parecia um objecto grave, agora considera-o gravissimo; e insiste com força muito maior na presença do sr. ministro da justiça, para na presença de s. ex.ª fazer algumas reflexões mais.

O sr. Ministro da fazenda:—repetiu que se encarregava de prevenir o seu collega da justiça dos desejos do digno par.

O sr. Ferrão:—deu ainda outras explicações, reforçando as que tinha dado antecedentemente, e historizando a apresentação de um projecto de lei por elle offerecido n'uma das sessões passadas sobre fianças judicias, o qual prendia inteiramente com este processo, e completava o passo que dera com a carta que tinha escripto. Os vexames que viu fazerem-se por motivo d'este processo, e que lhe offereceram o espectáculo de uma senhora ferida de apoplexia, e de um homem atacado de alienação e cercado de uns poucos de filhinhos, o tinham profundamente contristado a elle, orador, e tinham-no apaixonado de veras; e procurou por tanto com a apresentação do referido projecto obviar quanto isso lhe era possível á continuação de factos tão deploáveis, que se não de muitas vezes repetir em quanto uma lei não regular um ponto de tamanha importancia, e de que tanto se tem abusado.

O nobre orador tornou a dizer, que antes de dar este passo dimittia de si as funções de juiz com relação a este processo, dando-se de suspeito n'elle; circumstancia esta que o habilitava a poder dizer que tinha de si para consigo que o juiz não andará bem no que fez, pois que n'este processo tratase de uma rica herança, onde o testemunho falso campea insolente para despejar uns menores da quota que lhes pertence da mesma; e que não se maravilhasse a camara do que elle dizia, porque, posto n'um jornal que lei se fallasse de que o testemunho falso fazia um grande papel n'alguns pontos da costa de Africa, infelizmente não era só ali; em bastantes terras do continente do reino elle procede por tal modo que parece organisação fortemente.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—pediu a palavra.

O sr. Presidente:—parece-me que este incidente acabou desde o momento em que o sr. ministro da fazenda se encarregou de participar ao seu collega, o sr. ministro da justiça, o que aqui se tem passado (apoiados).

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—disse que, antes do sr. presidente fazer proposta á camara, s. ex.ª permitisse que repita que tinha pedido a palavra quando se tratava d'este incidente, e para tomar parte n'elle: que lhe parecia que s. ex.ª o sr. presidente não podia consultar a camara sobre se elle poderia fallar, porque seria pôr em duvida o direito que qualquer digno par tem de emitir a sua opinião sobre os objectos que aqui se tratam principalmente quando se está tratando de uma questão em que já outros dignos pares têm entrado; e posto que o assumpto seja muito grave, é necessario con-

fiar no bom senso e intelligencia dos dignos pares para que se não supponha, que se dirão cousas inconvenientes. Assim não lhe parecia que n'um assumpto, posto que de tanta gravidade, possa haver algum recio de que elle ou outro qualquer membro d'esta camara possa dizer aquillo que não devia; consequentemente, que não podia deixar de defender e sustentar o direito que tem de fallar, pedindo perdão a s. ex.ª de impugnar a proposta que indicou querer fazer para consultar a camara sobre um direito que a lei lhe concede sem dependencia de mais concessão. Pois que, continuou o orador, só sobre um objecto de pouca importancia é que podemos fallar! (Apoiados do sr. Marquez de Vallada.) Eu respeito muito a pessoa de v. ex.ª e sou seu amigo ha muitos annos, mas quando se trata dos negocios publicos deixo tudo de parte, em quanto a considerações pessoas, que não me podem impedir de seguir o caminho que julgo dever seguir. Finalmente que s. ex.ª podia fazer a proposta querendo, mas entendia que não era conveniente que o fizesse, por isso que é inquestionavel, que se não pôde pôr em duvida a nenhum par do reino um direito que allis é inalienavel e que pertence a todos.

O sr. Presidente:—o digno par, que se tem incommodado tanto, notará que eu não me incomodo. Seguro na minha consciencia sei que o não offendi. Permittirá pois o digno par o sr. visconde de Fontes Arcada que lhe diga que não é exacta a base em que assentou a sua argumentação, queixando-se de mim; mas para não fazer mais questão, e para tranquilisar o digno par, a quem não quiz tolher o direito que tem de fallar, como todos os dignos pares, declaro-lhe que tem a palavra para fazer uso d'ella sobre o negocio que se acaba de tratar.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—que tinha pedido a palavra quando fallava o digno par o sr. Ferrão, para fazer algumas reflexões sobre o que dissera s. ex.ª, e não podia deixar de insistir depois que lhe ouvira dizer que quando escrevera a carta estava apaixonado pelas desgraças que presenciara: quando o sentimento do coração tem tanta força, que nos faz apaixonar, claro está que ha toda a desculpa no que se faz, e certamente muito sensibilisaria a todos os dignos pares ver uma senhora em tanta afflicção, e a um cavalheiro tão excessivamente mortificado, que até a sua saude podia perigar. Mas o que também é para sentir é que este sentimento fosse actuar sobre o animo do juiz de um tribunal superior, obrigando-o em consequencia d'elle a dirigir-se a outro juiz seu inferior. Lucta o digno par diga que foi uma carta particular, em todo o caso é uma carta de um juiz do supremo tribunal de justiça a um juiz de primeira instancia sobre negocio a julgar! (O sr. Ferrão:—peço a palavra.)

Sr. presidente, continuou o orador, o que tudo isto mostra, é o estado de desorganisação em que andam todas as nossas cousas: a innocencia que tem protecção, o crime anda seguro, em quanto a prepotencia faz o que quer! Isto de mais a mais já vem de muito longe, mas é necessario pôr termo á corrupção que marcha activa atropelando tudo. Concluiu observando que nada mais tinha a dizer.

O sr. Ferrão:—lembrou que já tinha dito por mais de uma vez que se deu por suspeito n'esta causa; e que acrescentava agora, que foi o primeiro passo que deu, assim que viu que o tinha affectado (que era a expressão que tinha querido empregar) tanto o espectaculo a que já se referiu. Não se envergonha de ter cedido a este affecto nobre da alma, a que também cederiam todos os que tivessem um coração bem formado.

O sr. Visconde de Alentejo:—como suppe que ninguém mais está inscripto sobre este incidente, limita-se a dizer que o seu fim era pedir que se desse por concluido o mesmo incidente, para se passar á ordem do dia; assim como, se pelo adiantamento da hora for necessario prorogar a sessão, pedir, desde já, a palavra para assim o propor, pois é preciso fazer alguma cousa; começam a afflir trabalhos, e ha de haver-lhe, muito graves. Em attenção a isso, também, desde já, pede para ser inscripto, para, em occasião mais opportuna, apresentar uma proposta, regulando o modo dos trabalhos antes da ordem do dia, e depois d'ella começar.

O sr. Visconde de Castro:—Duas palavras em interesse publico (apoiados).

Eu desajava chamar a attenção da camara, e particularmente do nobre ministro que está presente, sobre duas cartas que tenho aqui, as quaes dizem respeito ao commercio dos vinhos em geral, e em particular aos do norte do reino. A primeira, que von ler, é de um dos maiores proprietários do Douro; e a segunda é de uma respeitavel casa ingleza no commercio dos vinhos.

A primeira diz: «Até 1861 todos os vinhos pagam os mesmos direitos na Inglaterra, mas, d'esta epocha por diante, somos nós tratados com desigualdade, o que até aqui não acontecia, porque os direitos têm de ser regulados por graus alcoholicos: ora sendo certo que o terreno do nosso paiz permite que os nossos vinhos tenham muito mais alcool que os de França, tanto assim que uma pipa de aguardente de dez graus de Tessa se faz com vinho nosso de cinco até sete pipas, ao mesmo tempo que dos vinhos francezes são precisos de nove até onze pipas, fica evidente que sómente os francezes tiram vantagens com a redução, o que d'antes não acontecia porque os direitos eram iguaes. Sendo exactas as minhas observações, é do rigoroso dever do governo, e do nosso representante em Londres, encaminhar esta negociação de modo que sejamos tratados como a nação mais favorecida, fazendo para isto algum sacrificio, se tanto for preciso. Se assim se não fizer, desde 1861 ficamos peor do que antes da nova redução de direitos.»

Se tivera tido occasião de pedir e obter licença para dizer quem assigna esta carta, publicaria o nome, mas, não estando preenchido esse dever de cortezia, só posso affiançar que é uma pessoa muito respeitavel e conhecida de todos nós.

A outra carta é, como disse, de uma das principaes casas do Porto, e foi escripta ao sr. Sebastião José de Carvalho, na idea de que elle occupava aqui a cadeira de seu illustre pae o sr. barão de Chancellieiros de respeitavel memoria; como isto porém ainda se não verificou, pediu-me s. ex.ª que apresentasse eu, e com a permissão da camara, vou também fazer leitura d'ella: «..... A proposta do ministro inglez, que gradua o direito do vinho do ministro inglez, que gradua o direito do vinho, conforme a porção de alcool que elle contiver, equivale a estabelecer um direito differencial em favor dos vinhos francezes, que, como todos sabem, são muito mais ligeiros do que os nossos; de maneira que parecendo, á primeira vista, que esta concessão feita á França em nada prejudica o direito que temos, segundo os tratados vigentes, a sermos collocados a par da nação mais favorecida, é realmente um favor feito á França, do qual nós somos excluidos, porque todos, ou quasi todos os vinhos que mandamos para Inglaterra são muito superiores em graduação á marcada pelo ministro inglez para o *minimum* do direito, o qual comtudo abrangem os vinhos francezes, muito mais ligeiros do que os que nós temos proprios para exportação, pois que, como v. ex.ª muito bem sabe, os vinhos portuguezes ligeiros não são proprios para esse fim.»

Pareceu-me pois a proposito fazer leitura d'estas duas cartas, cujo conteúdo recomendo especialmente ao sr. ministro da fazenda, posto esteja certo que o governo ha de ter tomado este negocio em

muita consideração. (O sr. Ministro da fazenda:—peço a palavra.)

Nós temos um tratado, e por elle é claro que devemos ser considerados como a nação mais favorecida, e por que dos nossos vinhos sejam alguns mais alcoholicos do que os francezes, não se segue que devam pagar mais. Se forem tão alcoholicos que excedam 40 por cento de espirito, segundo a lei ingleza é claro que hão de pagar como aguardente, mas de ali para baix., o serem por sua natureza mais fortes uns do que outros, isso não faz com que não seja vinho, sujeito ao direito que pagam o vinho da nação mais favorecida.

Nada mais direi por agora, contentando-me com que se tome em consideração estas informações de um dos principaes lavradores do Douro, bem como de uma casa ingleza das mais respeitaveis do commercio de vinhos da praça do Porto.

O sr. Ministro da fazenda:—o assumpto sobre o que o digno par acaba de chamar a attenção do governo, já l'ha tido merecido desde que esta importante questão começou. Assim que constou a existencia de um tratado de commercio entre a França e Inglaterra, o governo chamou a attenção do ministro portuguez em Londres, para que reclamasse o que os direitos e conveniencias do paiz exigiam. Esse tratado é hoje conhecido, e também conhecido é que o governo inglez apresentou ao parlamento proposições tendentes a applicar as mesmas disposições aos outros paizes que deviam esperar ser considerados em igualdade de circumstancias. O sr. ministro não crê que o digno par partilhe completamente de todas as ideias contidas nas cartas que acaba de ler á camara; pelo menos pede-lhe que note que na opinião d'elle, orador, não se pôde dizer que Portugal é tratado com desigualdade, quando o direito que se estabelece nos nossos vinhos é conforme á sua qualidade e não em attenção á procedencia.

So fossem mais elevados os direitos dos vinhos portuguezes por a procedencia, o tratado que fizemos com a Inglaterra em 1842, dar-nos-ia o direito de reclamar, para sermos considerados a par da nação mais favorecida; e por consequente os nossos vinhos não podiam de modo algum ser allis mais gravados do que o fossem os francezes.

Mas a questão é outra. Diz-se: «a Inglaterra estabeleceu um direito graduado sobre os vinhos, para que venham a pagar segundo a sua força alcoolica...» e é verdade, observou o orador, no entanto este o sistema seguido em muita parte, a fim de que o genero pague segundo a sua graduação; sem que se entendesse nunca de manear a prejudicar o direito que qualquer nação tenha adquirido, de ser considerada igual á bandeira mais favorecida.

Acrescentou o sr. ministro, que tinha apresentado na outra casa do parlamento um projecto de lei, em que se trata do direito que deve pagar a aguardente, e lá se estabelece, que o direito seja pago segundo o grau de sua força alcoolica; o que mostra por uma parte que o principio não nos é em si mesmo prejudicial; e por outra parte que na pratica pôde muito bem ser entendido de modo que não prejudique a igualdade com que certas nações devem ser tratadas.

O sr. ministro não crê que o nosso commercio venha a ser prejudicado com essa alteração dos direitos dos vinhos que acaba de ter logar na Inglaterra; por que não só esse direito foi já consideravelmente reduzido, mas ainda o será mais na proporção da menor força alcoolica de alguns d'elles; e d'ahi virá que uma grande porção dos vinhos de Lisboa, Colares e outras localidades, que têm muito menos força alcoolica do que os do Douro, de certo concorrerá d'aqui em diante aos mercados de Inglaterra, aproveitando-se, já se vê, d'essa grande redução nos direitos que ali acaba de ter logar.

O governo pois, alem das medidas ou propostas que já apresentou sobre a redução dos direitos da aguardente, e das que tencionava ainda apresentar, tendentes a fazer desenvolver o nosso commercio, está na firme resolução de tomar todas as mais que julgar necessarias, e a que tenhamos direito, para que os nossos vinhos na Inglaterra, sejam considerados como o forem os da nação mais favorecida, encarregando isso a pessoas competentes que bem saibam alli representar-nos e pugnar pelos nossos direitos.

O sr. Visconde de Castro:—não posso dispensar-me de dizer ainda algumas palavras em resposta ao que acaba de enunciar o sr. ministro da fazenda, quando disse, que eu não partilhava por certo todas as ideias que se achavam exaradas nas cartas que acabava de ler. Sem duvida não direi, e estou mesmo muito longe d'isso, que o nosso commercio de vinhos fica peor do que antes das reduções, mas estabelecido o parallelo entre os vinhos francezes e os portuguezes, tem o meu correspondente rasão em dizer que ficamos muito peor do que d'antes. E em quanto á escala da aguardente que o sr. ministro, e meu respeitavel amigo, quiz justificar a escala do vinho, permitta-me s. ex.ª que lhe diga, que não pôde ter applicação, nem concluir para o nosso caso.

Sr. presidente, desconfinu que o direito que se estabelece em Inglaterra segundo os graus alcoholicos que contiverem os vinhos, foi o resultado de um estudo feito para que os vinhos francezes ali viessem a pagar muito menos do que os nossos; e de que tenho fundamento para assim o pensar, julgo poder dar conhecimento á camara, se me é permitido fazer ainda algumas breves reflexões.

O primeiro termo de escala alcoolica apresentada ao parlamento era de 15 por cento, o segundo de 26, e o terceiro de 30; do terceiro termo por diante devia o vinho pagar o mesmo que a aguardente, e n'esta parte todos concordam achando justo, porque allis se poderia introduzir aguardente com o titulo de vinho; mas graduar a escala de modo que todo o vinho francez se possa admitir com metade dos direitos que a maior parte do nosso vinho ha de pagar, isto é que não pôde parecer justo nem conforme á literal disposição do nosso tratado.

E a prova de que todos os vinhos francezes, ainda os mais superiores, ficam pagando o minimo do direito está no seguinte:

Quando no parlamento inglez se discutia sobre a conveniencia ou inconveniencia da escala alcoolica, e quando a discussão ia já bastante adiantada, disse mr. Gladstone, que o primeiro termo de 15 seria elevado a 18 por cento. Estas palavras do ministro produziram certa sensação na camara, perguntando-se logo porque processo se havia vindo aquella conclusão?

O ministro não respondeu a esta pergunta de um deputado, e esta falta deu causa a que mais um outro e outro membro da camara instassem para que se lhes declarasse o motivo pelo qual se fazia aquella declaração; e foi só então que o ministro respondeu que a linha de 15 por cento era inconveniente porque tenderia a fazer alterar os vinhos claretes para os trazer abaixo d'aquella força *eto press down the clarets.*

Sr. presidente, quem não vê aqui claramente que se se quiz foi estabelecer um primeiro termo que abrangesse todos os vinhos francezes, ainda os mais preciosos e de maior valor!

Nós importamos productos que divergem muito de nação para nação; importamos generos inglezes de maior valor que outros da mesma denominação francezes ou belgas, por exemplo: estabelecemos por isso nas nossas pautas direitos differencias? De certo que não. Fazemos portanto ver a rasão que nos assiste, e empregamos todos os meios que nos facilite o nosso tratado, para que não sejamos

tão prejudicados por uma medida que entendo calculada para favorecer uma nação em prejuizo do outro. Estou certo que o governo ha de fazer tudo o possivel para obstar a esta desigualdade nas nossas relações com a Inglaterra, e n'esta persuasão não direi por ora mais nada.

O sr. Ministro da fazenda:—não lhe parece que quanto ao commercio dos nossos vinhos tivessemos ficado em peiores circumstancias, depois da alteração que nos direitos sobre todos os vinhos se fizera em Inglaterra; e por isso foi particularmente sobre este ponto que respondeu ao digno par o sr. Visconde de Castro. Em quanto ao mais não pôde deixar de estar de accordo com s. ex.ª, porque debaixo da condição da procedencia de Portugal, temos todo o direito a reclamar para que sejamos considerados como a nação mais favorecida, e a que algum beneficio, qualquer que elle seja concedido aos vinhos francezes, não possa de modo nenhum prejudicar os nossos.

Tambem julga dever declarar ao digno par, que sejam quaesquer que forem os direitos, mais ou menos, segundo os graus alcoholicos, que isto não nos poderá prejudicar, pelas rasões que já deu, e em que agora insiste, e de que fez applicação por meio de exemplos. E em quanto ao ponto de conveniencia, repeti que não só não ficamos peor, mas pelo contrario em muito melhores condições do que estávamos antes da reforma ingleza; opinião puramente sua particular que não obsta a que se façam todas as diligencias para que em tudo sejamos considerados como a nação mais favorecida, ao que temos inquestionavel direito, e o governo inglez não deixará de nos attender.

O sr. Visconde de Athoquia:—não entra na questão porque está de perfeito accordo com o sr. ministro da fazenda; mas lembra ao governo a conveniencia de auxiliar o nosso representante em Londres para promover reuniões, como as que já têm tido logar, a fim de que desapareça qualquer desigualdade a este respeito. S. ex.ª ha de saber que se fizeram algumas reuniões, a que concorreram muitos negociantes de vinhos, que mostraram, bem ou mal, que o governo inglez tinha direito e rasão para fazer pagar um direito igual ao vinho e ao alcool. Crê que esta pauta vae começar na Inglaterra d'aqui a um anno, e como os que tem alguma pratica dos usos d'aquelle paiz, sabem quanta força tem ali a opinião de pessoas respeitaveis sobre todos os pontos de negocios publicos, conhecem que se essas reuniões continuarem, como julga que hão de continuar, para que o governo inglez faça pagar um só imposto em todos os vinhos, por isso está convencido de que é necessario auxiliar o nosso representante na Inglaterra, com meios para poder promover-las, porque lá não se sabe de casa, nem se faz cousa alguma, sem gastar dinheiro e muito. O orador não pôde ser suspeito quando lembra isto, elle que não quer algumas vezes que se façam certas generosidades á custa da nação; porque sempre quiz que se façam despesas de que se podem tirar bons resultados para o paiz.

Pede por isso ao nobre ministro que, se achar rasãoavel esta reflexão, faça com que sejam dados os meios necessarios ao nosso representante em Londres, a fim de que promova quanto possa a propagação d'aquellas ideias, que já foram tratadas em algumas reuniões, e de que de certo não deixam de continuar pelo que diz respeito á redução dos direitos. Era isto o que o orador queria dizer, independentemente de qualquer proposta que o sr. ministro tencionasse apresentar sobre este objecto, para acabar por uma vez com a desigualdade, porque então é uma grande vantagem para nós; e desde então é uma grande vantagem para a nação que venham á unidade infima que paga qualquer vinho, o nosso tem a vantagem de ter maior valor do que os outros, e por isso tem mais valor na Inglaterra.

O nobre par espera que o illustre ministro haja de trazer uma proposta á camara sobre este objecto, para augmentar essa verba do ministerio dos negocios estrangeiros para despesas eventuaes, porque é uma cousa muito vantajosa para o nosso commercio de vinhos, se passar aquelle principio. O sr. Ministro da fazenda:—dirigindo-se ao digno par, o sr. visconde de Athoquia, diz a s. ex.ª que não tem duvida alguma em aceitar a recommendação que s. ex.ª acabou de fazer ao governo, porque não é mais do que o seguimento do que elle já tem feito; e chamar a attenção do nosso representante em Londres sobre este objecto. Se ha em Inglaterra uma opinião favoravel a um direito igual para os vinhos de todas as qualidades, seja qual for a sua força, de certo que nós devemos tratar de promover a manifestação d'ella e o seu desenvolvimento. Sobre isto não tem o governo a menor duvida, e até do seu dever fazer-lhe.

O sr. Presidente:—antes de passarmos á ordem do dia, tem ainda a palavra o sr. D. Antonio de Mello.

O sr. D. Antonio de Mello:—o sr. visconde de Companhia encarregou-me de fazer saber a v. ex.ª e á camara que não lhe era possivel comparecer hoje á sessão por incommodo de saude.

(Entrou o sr. ministro da justiça, Martens Ferrão.)

O sr. Marquez de Vallada (sobre a ordem): sem insistir, parecia-lhe de delicadeza observar que, tendo pedido ao sr. ministro da fazenda para informar o sr. ministro da justiça do que ha pouco, elle orador, acabou de expor á camara, que talvez conviesse que ella consentisse que o sr. ministro da justiça, agora presente, podesse ouvir, antes de se entrar na ordem do dia, a pergunta que ao começar a sessão o orador annunciou querer fazer a s. ex.ª; mas se a camara entender que deve ser n'outro dia não insiste n'isso; porque sómente lembra isto por lhe parecer da sua delicadeza, que estando presente o sr. ministro da justiça, lhe fizesse saber o que acabara de expor.

O sr. Visconde de Castro:—esta delicadeza do sr. Marquez de Vallada é muito a proposito e digna do seu caracter; mas parecia-lhe que a camara deveria proceder de outro modo, porque ha muitos dias estão sobre a mesa dois projectos importantes, e conveni muito que entrem agora em discussão. (apoiados).

O sr. Marquez de Vallada:—eu concordo com o digno par, e não insisto.

O sr. Presidente:—A camara já decidiu, por indicação do sr. visconde de Alentejo, que terminasse este incidente, e se passasse á ordem do dia (apoiados). Agora que o digno par faz reviver este incidente, eu não teria duvida em lhe conceder a palavra se não tivesse havido aquella resolução; mas vou consultar a camara se quer continuar este incidente por estar presente o sr. ministro da justiça, ou que elle fique para outra sessão, e se entre já na ordem do dia.

Resolveu-se que ficasse para outro dia. O sr. Presidente:—então passamos á

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PARECER N.º 1

A comissão de fazenda foi remetido o projecto de lei n.º 3, vindo da camara dos srs. deputados, para o effeito de auctorisar o governo a fazer criar e emitir pela junta do credito publico inscripções de 3 por cento até á quantia de réis 1.000.000\$000, fazendo entregar á mesma junta pelos cofres das alfandegas de Lisboa e Porto a somma correspondente aos juros dos titulos de divida fundada que effectivamente se emitirem.

E a comissão, observando que a auctorisação

pedida tem por unico objecto o complemento da execução do artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859; é de parecer que o projecto de lei deve ser approvado para ser levado á sancção real.

Sala commissão, 29 de fevereiro de 1860.—Visconde de Castro=Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão=Visconde de Alentejo=Conde de Arcochella.

PROJECTO DE LEI N.º 3

Artigo 1.º O governo é auctorisado a fazer criar e emitir pela junta do credito publico inscripções de 3 por cento até á quantia de 1.000.000\$000 réis em addicionalmente á de 1.750.000\$000 réis, auctorizada pelo artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859, a fim de lhes ser dada a applicação designada na mesma carta de lei.

§ unico. O governo fará entregar á junta do credito publico, pelos cofres das alfandegas grande de Lisboa e do Porto, a somma correspondente aos juros dos titulos de divida fundada que se emitirem em virtude da presente lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Palacio das cortes, em 25 de fevereiro de 1860. —Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente=Joaquim Gonçalves Mamede, deputado secretario=José de Mello Gouveia, deputado secretario.

Sendo approvado na generalidade, também o foi na especialidade sem discussão, e a mesma redacção, Seguiu-se a

DISCUSSÃO DO PARECER (N.º 2)

A comissão de fazenda foi remetido o projecto de lei n.º 4, vindo da camara dos senhores deputados, para o effeito de auctorisar o governo a prorogar até 31 de janeiro de 1861 os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da carta de lei de 29 de julho de 1854 para a troca e giro das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação pela mesma lei; renovando ao mesmo tempo e pelo mesmo prazo o beneficio concedido aos particulares, bancos e associações pelo artigo 2.º da lei de 24 de abril de 1856.

E a comissão, considerando o quanto nas actuaes circumstancias seria prejudicial a retirada repentina das moedas que ainda não foram trocadas, e esperando que na nova prorrogação que agora se estabelece se poderá conseguir o desejado complemento da lei da moeda, é de parecer que o dito projecto de lei deve ser approvado não sómente nos dois pontos acima mencionados, como também no de que resa o seu artigo 3.º, relevando o governo de qualquer responsabilidade que incorresse pelas providencias que tomou sobre a continuação do giro e troca das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação.

Sala da commissão, 29 de fevereiro de 1860.—Visconde de Castro=Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão=Visconde de Alentejo=Conde de Arcochella.

PROJECTO DE LEI N.º 4

Artigo 1.º O governo é auctorisado a prorogar até 31 de janeiro de 1861 os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da carta de lei de 29 de julho de 1854 para a troca e giro das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação pela mesma lei.

Art. 2.º É também renovado até 31 de janeiro de 1861 o beneficio concedido aos particulares, bancos e associações pelo artigo 2.º da lei de 24 de abril de 1856.

Art. 3.º O governo é relevado de qualquer responsabilidade em que incorresse pelas providencias que tomou sobre a continuação do giro e troca das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Palacio das cortes, em 25 de fevereiro de 1860. —Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente=Joaquim Gonçalves Mamede, deputado secretario=José de Mello Gouveia, deputado secretario.

Approvado sem discussão na generalidade, foi-o igualmente na especialidade; e bem assim a mesma redacção.

O sr. Presidente:—não ha sobre a mesa trabalho algum que se possa dar para ordem do dia, por tanto parece-me que será conveniente que medie algum espaço entre esta e a seguinte sessão, que será na sexta feira; e a ordem do dia os pareceres que forem apresentados pelas commissões (apoiados).

O sr. Marquez de Vallada:—eu pedia a v. ex.ª que desse também para ordem do dia a minha interpeção ao sr. ministro da justiça.

O sr. Presidente:—sim, senhor, fica já prevenido d'isso o sr. ministro. Está levantada a sessão.—Passava das quatro horas.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 12 de março de 1860

Os srs. visconde de Laborim; marquezes de Fronteira, de Niza, de Ponte de Lima, de Vallada; condes: das Alcaçovas, de Arrochella, de Azinhaga, de Mello, de Paraty, de Peniche, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, de Vímios; viscondes: de Alentejo, de Athoquia, de Balemão, de Benagzil, de Castro, de Fontes Arcada, da Luz, de Sá da Bandeira; barões: de Pernes, de Porto de Moz, Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, Ferrão, Aguiar, Larcher, Silva Sanches e Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 17 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia abriu-se a sessão, estando presentes 68 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. F. C. do Amaral, de que o sr. Francisco Manuel Correia Bieudo, pelo seu estado de saude, não tem podido vir tomar assento, o que fará logo que possa.—*Intervida.*

2.º Do sr. Azevedo Pinto, de que esteve presente na sessão de 13 do corrente, rectificando n'esta parte o que se lê no *Diário da Camara*, que o dá por faltado na indicada sessão.—*Intervida.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio das obras publicas, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Teixeira de Sampaio, do officio do superintendente das obras do Tejo, acerca do estado do dique de Vallada.—*Para a secretaria.*

2.º Do ministerio da justiça, acompanhando as copias das portarias de 30 de novembro e 14 de dezembro de 1855, pelas quaes se mandou intentar processo contra o ex-empregado da junta do credito publico, Eduardo de Mesquita Cabral de Almeida, e contra os demais complicados na duplicação ou falsificação de alguns coupons.—*Para a secretaria.*

3.º Uma representação das juntas de parochia, regedores,

5.º Da camara municipal de Redondo, pedindo que se approve o contrato para a continuação do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, sem passar por São Thiago do Escorial.—*A' commissão de obras publicas.*

6.º Da camara municipal de Guimarães, pedindo a aprovação da estrada de Guimarães a Chaves por Fafe e Cavez.—*A' commissão de obras publicas.*

7.º Da camara municipal de Fafe, pedindo o mesmo que a antecedente.—*A' mesma commissão.*

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos.

1.º Requeiro que, pela secretaria d'estado dos negocios da fazenda, sejam remetidos, com urgencia, a esta camara esclarecimentos sobre as entradas das prestações do emprestimo Erlanger, valor de titulos que têm sido entregues ao mesmo banco, e todos os esclarecimentos relativos ao assumpto, que possam claramente mostrar o estado actual da execução d'aquelle contrato.—O deputado, *Carlos Bento da Silva.*

2.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio da fazenda, em additamento ao requerimento do sr. deputado Hermenegildo Blanc, remetta a esta camara uma relação de todas as misericordias e hospitais do reino, e illas adjacentes, que têm sido satisfeitas á disposição do artigo 20.º da carta de lei de 22 de junho de 1846; outro sim requeiro, que o governo seja convidado a declarar a execução que teve o decreto com sanção legislativa de 20 de outubro de 1852.—*Carlos Cyrillo Machado, deputado por Santo Thyrso.*

3.º Requeiro que se inste, pelo ministerio do reino, para que se remetam a esta camara os documentos respectivos ás desordens que tiveram ultimamente lugar na Villa de Ponte de Lima, participações officiaes, e inqueritos a que se tenha mandado proceder.—O deputado pelos Arcos, *Plácido de Abreu.*

4.º Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, sejam mandados a esta camara todos os documentos que alli existirem, e que possam esclarecer a camara acerca do estado em que se encontra uma pendencia do hospital da santa casa da misericordia de Elvas, que corre pela delegação de Sua Magestade Fidelissima em Madrid.—*Luiz Mendes de Vasconcellos.*

5.º Requeiro que, pela secretaria dos negocios estrangeiros, sejam mandados a esta camara todos os documentos que alli existirem, e que possam esclarecer a camara acerca do estado em que se encontra uma pendencia do hospital da santa casa da misericordia de Elvas, que corre pela delegação de Sua Magestade Fidelissima em Madrid.—*Luiz Mendes de Vasconcellos.*

6.º Requeiro que, pela secretaria da justiça, se officie ao procurador regio da relação do Porto, para este fazer remetter por publica forma o auto de investigação, corpo de delicto, e os depoimentos das duas primeiras testemunhas do summary, que serviram de base ao processo instaurado na comarca de Lousada por associação de malfatores, em que são comprehendidos José do Telhado e seus companheiros.—*João dos Reis Castro Portugal.*

7.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, seja enviado a esta camara.

I Uma declaração da quantia por que foi arrematada a estrada desde a Villa de Ovar até á da Feira, especificando o prazo em que deve findar a construção da mesma estrada.

II Uma relação do pessoal que diariamente se acha empregado n'aquella estrada.—*Francisco Costa, deputado por Ovar.*

8.º Requeiro que pela secretaria d'instrução publica, sejam enviados a esta camara todos os documentos que ali se encontrarem e digam respeito ao mosteiro das freiras de Arouca, assim como todas as informações dadas pelas autoridades civis e ecclesiasticas com relação aos empregados do mesmo mosteiro.—*Telles de Vasconcellos.*

9.º Requeiro que o governo remetta á camara todos os documentos existentes no ministerio do reino, relativos ao asylo de infancia, estabelecido em Oliveira de Azemeis pelo philantropico cidadão brasileiro Antonio Pinto de Carvalho, e bem assim os requerimentos que para bem do mesmo asylo, têm sido feitos ao governo por aquelle cidadão.—*Santos Lessa.*

São enviados ao governo.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Renovo a iniciativa do projecto n.º 53-A da sessão de 1853, ampliando as disposições do decreto de 11 de outubro de 1852, sobre o arrolamento dos vinhos do Douro.—*Afonso Botelho.*

A commissão de vinhos.

2.º Renovo a iniciativa do projecto n.º 53-B da sessão de 1853, sobre a criação de um banco protector da lavoura dos vinhos do Douro.—*Afonso Botelho.*

A mesma commissão.

3.º Renovo a iniciativa do meu projecto de lei, apresentado na sessão de 12 de abril de 1850, para a criação de um juiz de paz na freguezia de Tendas, e que se encontra no *Diário da Camara*, a pag. 149.—*Telles de Vasconcellos.*

A commissão de estatística.

4.º Requeiro que seja remetido á illustre commissão de instrução publica o parecer n.º 29, creando a cadeira de pastoral na faculdade de theologia da universidade, apresentada na sessão legislativa de 1853, para dar o seu parecer.—*José da Encarnação Coelho.*

A commissão de instrução publica.

Também tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Telles de Vasconcellos, autorizando o governo a contrahir um emprestimo até á quantia de 15:000:000 réis para estabelecer, propagar e aperfeiçoar a sericultura em Portugal.

A commissão de agricultura.

2.º Do mesmo sr. deputado para que os concelhos d'Arouca, Paiva, e Sinfies fiquem pertencendo ao districto do Porto.

A commissão de estatística.

3.º Do sr. Maia e de outros srs. deputados, concedendo algumas vantagens aos officiaes que do exercito de Portugal forem servir no ultramar.

A commissão do ultramar; e mandado publicar no *Diário de Lisboa.*

4.º Do sr. Moraes Soares, regulando o serviço fiscal do matadouro publico de Lisboa.

A commissão de agricultura, ouvida a de administração publica; e mandado publicar no *Diário de Lisboa.*

O sr. *Abim:*—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Xavier da Silva:*—envia para a mesa uma representação da camara municipal do concelho do Seixal em que pede se lhe conceda uma parte das praias pertencente ao extincto convento dos religiosos do Carmo, para servir de logradouro do mesmo concelho; e apresenta outra representação da camara municipal de Castello Branco, pedindo ser classificada na terceira classe da tabela da proposta do sr. ministro da fazenda para a distribuição dos impostos.

O sr. *Julio do Carvalho:*—na sessão de 13 do corrente, a que não pôde assistir por doente, o sr. deputado por Cabeceiras de Basto apresentou á camara varias considerações sobre viagem entre o Minho e Trás os Montes, algumas das quaes merecem a sua inteira approvação, por que são iguaes ás que desde annos sustentou em uma das reuniões dos srs.

deputados da provincia do Minho, a que teve a honra de ser convidado.

São indispensaveis tres estradas geracs entre o Minho e Trás os Montes, uma pelo sul, outra pelo centro, e outra pelo norte. A do sul para ligar o Porto com a Regoa; a do centro para ligar a Povoa de Varzim e Guimarães com Mirandella, que é o centro da provincia de Trás os Montes, e a do norte para ligar Braga com Chaves e com Bragança.

No sul ha uma cousa a que se chama estrada, onde por espaço de leguas são tiradas por bois as diligencias, porque os declives tem alguns mais de 20 por cento; mas, boa ou má, lá está uma tal ou qual viação, que pôde servir, em quanto se não fizer uma boa estrada, ou antes um caminho de ferro do Porto para a Reuga pela margem esquerda do Douro.

A estrada do centro está comprehendida no contrato *Langlois*, na sua maior parte, e nada diz sobre ella por ser para si uma estrada de campariario.

Para a da norte nada ha providenciado, alem do ter sido considerada como estrada real de segunda classe pelo decreto de 22 de julho de 1850. Não possuindo cousa alguma nem em Braga, nem em Chaves, nem em Bragança, a sua voz não pôde ser suspeita de campariario; mas conhecendo as suas necessidades, por isso é que vem dizer á camara e ao governo que a estrada de Braga para Chaves é uma estrada indispensavel.

O sr. ministro das obras publicas é creder da gratidão dos transmontanos, pelo que tem feito a favor da sua viação; e não se queixa de s. ex.º pelo desprezo a que tem sido condemnada a estrada entre Braga e Chaves; o mal vem dos governos anteriores, da maldita rotina; vem de se terem declarado como pontos forçados d'aquella directriz as povoações de Salomonde, de Ruivães e das alturas de Barroso. Porque o governo mandava os seus engenheiros reconhecer aquelle terreno, e o que encontravam elles? Encontravam um terreno accidentado por profundas quebradas, para vencer as quaes, era mister um longo desenvolvimento, e extraordinarias despesas, encontravam altas serranias que todos os invernos se cobrem de neve, e de neve tão grossa que por muitas vezes ficam as povoações da serra incommunicaveis por espaço de quinze dias, tendo não poucas vezes morrido enterrados n'ella os passageiros e cavaladuras. E houve dignos engenheiros, que em desempenho da sua consciencia disseram ao governo que a estrada das Alturas não podia nem devia fazer-se, porque ella havia de custar muito e valer pouco.

Também conhece, por seus peccados aquelle terreno, e por conhece-lo, é que vinha dizer á camara, e ao governo, que a estrada das Alturas de Barroso não deve fazer-se porque não presta, e porque tudo quanto n'ella se gastasse seria um verdadeiro desperdicio, e é para evitar esse desperdicio, e para que acabem por uma vez as objecções rasoaveis á feitura da estrada de Braga para Chaves, que os signatarios de um requerimento que ia ler, vem pedir á camara que attenda ás considerações que n'elle expõem (*Mu-o*).

Fica para segunda leitura.

O sr. *Visconde de Pindella:*—quando fallou sobre a directriz da estrada de Guimarães a Chaves, e sobre o estado de abandono e atraso em que se achava Guimarães, s. ex.º o sr. ministro do reino julgou que attribua este estado aos actuaes ministros, e muito principalmente a s. ex.º quando foi ministro das obras publicas; não o podia attribuir a s. ex.º, porque todos sabem o modo como elle geriu esta pasta; tem pois muita satisfação em lhe dar este testemunho sincero, franco e leal dos seus sentimentos, por que tem a consciencia d'elle. Em quanto ao estado de abandono em que se acha Guimarães não o negou s. ex.º porque até disse, que havia um tal ou qual mau fado que perseguia aquella terra; mas está persuadido que isso ha de acabar: dá esta satisfação, e fica sempre com a verdade do que disse quanto ao abandono e atraso em que se achava Guimarães; que não crimina ninguém, não indica homens, e principalmente a s. ex.º, aponta factos. Por tanto dá esta satisfação porque a sente, e porque é a verdade.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Melo):—pode a palavra unicamente para dizer ao illustre deputado, que agradece as expressões de benevolencia com que o honrou; e o que dá esta, não satisfação, mas explicação pelo illustre deputado, pôde estar certo de que, pela sua parte e do governo, ha de encontrar sempre a melhor boa vontade para concorrer para os melhoramentos, não só d'aquella parte da localidade que o nobre deputado representa, mas do paiz inteiro.

O sr. *Nogueira Soares:*—manda para a mesa dois pareceres da commissão do verificação do poderes acerca dos diplomas dos srs. visconde de Portocarrero, deputado eleito por Ponta Delgada, e Joaquim José Coelho de Carvalho, deputado eleito por Lagos.

São approvados sem discussão, proclamados deputados da nação portugueza, e em seguida introduzidos na sala com as formalidades do estylo, prestam juramento, e tomam assento.

O sr. *Custodio de Faria:*—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Braga, outra dos commerciantes e habitantes da mesma cidade, e outra da camara municipal da Povoa de Lanhoso, pedindo todas a estrada direita de Braga a Chaves.

Esta estrada acha-se em circumstancias especiaes para ser preferida a outra qualquer em que se não verifiquem iguaes: porque alem de communicar as duas provincias do Minho e Trás os Montes pelo norte, que não tem estrada alguma; do grande commercio e relações que existem entre Braga e Chaves, e concelhos que a estrada communica, e de todas as mais circumstancias que se acham mencionadas nas representações, e que por isso escusa de repetir; tem a singularidade de dar communicação ás importantes caldas do Geréz e serras contiguas.

As caldas do Geréz, são um estabelecimento humanitario da primeira ordem, no qual desde era muito remota se tem verificado curas maravilhosas; mas a sua communicação é tão difficil e perigosa, que os doentes receiam mais o transitio, do que as proprias molestias que os acompanham; e para se concertar annuamente a parte do caminho mais intransitavel e outras providas, se tolera o illegal tributo municipal de 15 réis em cada garrafa de agua, tomada na bica, para ser conduzida para as diferentes partes do reino e fóra d'elle.

É contudo, opinião geralmente recebida e expremmentada, que o effeito d'aquellas aguas é mais prompto, seguro e heroico, quando tomadas á bica e no mesmo local em que nascem; reclamando por isso como indispensavel, uma estrada que dê o facil accesso que lhe falta; e tanto que Sua Magestade a Rainha a Senhora Dona Maria II, querendo ir ás mesmas caldas no anno de 1852, deixou de o fazer pelo perigo de transitio, não passando de Braga; e as serras contiguas que tanto abundam em minerais de consideração, não tem sido exploradas, nem o podem ser, em quanto não houver a estrada regular que tão necessaria se torna.

Estas circumstancias especiaes e todas, as mais que se mencionam nas representações apresentadas, reclamam a attenção do governo e da camara, para que se faça a dita estrada de Braga a Chaves em directura; incluindo-se em algum contrato ou projecto de estradas principaes, e com preferencia a toda outra qualquer, não reclamada por circumstancias

de igual consideração; remetendo-se para esse fim á commissão de obras publicas as ditas representações.

Aproveita esta occasião para chamar a attenção do nobre ministro das obras publicas, sobre os melhoramentos que podem e devem ser feitos nas mesmas caldas do Geréz, e reclamados pelo governo civil de Braga, e especialmente pelo risco eminente em que se acham de serem inundadas e talvez destruidas pelo rio contiguo em occasião de grandes cheias ou trovoadas, muito ordinarias n'aquella localidade, por se achar em grande ruína o paredão que defende as caldas e casas de habitação, e bem pôde ser reparado sem grande despeza, com que todavia não pôde a camara municipal, e obtendo para isso as necessarias informações.

O sr. *Barros e Sá:*—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Boticas, expondo ao governo e á camara dos srs. deputados, a necessidade que ha de fazer uma estrada, que directamente ligue a villa de Chaves com a cidade de Braga.

Os povos d'aquellas provincias estão altamente offendidos e recciosos, de que os seus interesses sejam preteridos pelos de outras localidades, e por outras estradas que não são nem mais importantes nem mais urgentes. A necessidade de se fazer esta estrada é tão reconhecida, e ha tanto tempo, que já foi decretada na carta de lei de 22 de junho de 1850, em virtude da qual o governo mandou por portaria de 16 de maio de 1857 ao director das obras publicas de Braga, Vianna, Porto e Villa Real, que fizesse os estudos necessarios para a sua construção; mas não sabe que mau fado tem presidido a este negocio, porque apesar d'aquella lei e das ordens competentes do governo, até hoje, nem se quer, segundo as informações que tem, estão ainda feitos os estudos!

Pede que se dê á representação o destino competente, e sabe que todas as camaras municipais respectivas ás duas provincias estão preparando representações, expondo ao governo a instante necessidade que ha de ligar aquellas duas localidades. Entende que aquellas duas provincias devem ser ligadas por duas, quatro ou dez partes, mas que a mais necessaria, a indispensavel, é a de que falla a representação. Não se deve attender só á interesses de campariario, preterindo os interesses geracs; mas compete ao governo estudar com muito cuidado, antes de mandar proceder á feitura de qualquer estrada, qual a directriz mais conveniente, e acha digno de censura que se contratem estradas, antes dos estudos feitos.

Manda também para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Cyrillo Machado:*—manda para a mesa dezete requerimentos de sargentos pedindo a alteração da lei de promoções.

O sr. *Francisco Costa:*—manda para a mesa dois requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo: e pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 13

O sr. *Lobo d'Avila:*—vae concluir em poucas palavras o seu discurso começado hontem, por que não quer abusar da benevolencia com que a camara o honrou.

Parece-lhe haver demonstrado, que nenhuma vantagem se concedem ao estado nas alterações propostas, em compensação d'aquellas que se querem conceder ao concessionario; faltando-lhe só fallar do augmento do peso dos carris, augmento que se reduz a um kilogramma por cada metro corrente, porque de antes tinham trinta e quatro kilogrammas, e agora ficam com trinta e cinco; toda a vez porém que o carril não chega a trinta e dois kilogrammas, que é o peso mais conveniente para o sistema de atracção, não vale a pena entrar em calculos a este respeito, porque a differença é de muito pequena importancia. Alem d'isso acrecece que os carris que se propõem não têm cochins.

Concede-se ao concessionario a dispensa de fazer os movimentos de terra para a segunda linha, e diz-se que esta dispensa não tem importancia alguma, por isso que os movimentos para a segunda linha, em quanto ella não existe, não são de utilidade publica, e que portanto o estado tira este onus á empreza sem contrahir nenhum outro encargo; mas é evidente que o estado assim mesmo mantém o mesmo subsidio, em quanto que a empreza diminua as suas despesas sem lucro algum para o estado, o que lhe não parece rasoavel. Se ha vantagens para a empreza, também se deve diminuir o subsidio que o estado paga, aliás o estado vem a pagar pelo mesmo preço uma cousa que tem menos valor.

O movimento de terra para a segunda via é calculado proximoamente em 2.000:000:000 réis, e pela concessão que se vae fazer ao concessionario, estes 2.000:000:000 réis ficam-lhe no bolso, e há de render para elle; são lucros que elle vae auferir d'esse capital até que chegue a epocha em que é obrigado a fazer o movimento de terra para a segunda via, epocha que infelizmente não chegará senão daqui a vinte annos, e 2.000:000:000 réis a juro composto, e mesmo sem ser composto, mas empregados habilitado pelo concessionario, que de certo os saberá empregar, deve d'elles tirar um immenso proveito. Já se vê pois que se lhe concede uma vantagem importantissima sem que o estado receba em compensação cousa alguma.

D'este modo, diminuindo o material fixo e circulante, e attenuando-lhe diferentes encargos que elle teria de cumprir, pôde de deducção em deducção vir a fazer o caminho só com a subvenção. Todos sabem que se pôde fazer um caminho de ferro por todo o preço, como se pôde fazer uma sobre-cassa por mais ou menos preço; tudo depende da qualidade do panno, dos elementos que entram n'essa composição, e do modo por que é feita; e com o caminho de ferro dá-se a mesma cousa.

Se os movimentos de terra para a segunda via não serviam de nada, para que os estipularam no contrato? A existencia d'essa obrigação no contrato não fez com que se tornasse mais oneroso para o concessionario, mas talvez podesse concorrer para affugitar os concorrentes da praça. Por consequencia, se agora se argumenta que não são uteis, não se deviam ter introduzido no contrato, e querendo precindir-se d'elles a favor do concessionario, deve abrir-se nova praça: isto é o que manda a verdade e a sinceridade.

Mas não é tanto como se indica; os movimentos de terra para a segunda via não é um absurdo como se pretende provar; ha caminhos de ferro contratados na Alemanha, na Belgica, em França, e mesmo em Hespanha, onde ha d'estas disposições; são todos contratados com obrigação de se fazerem os movimentos de terra para a segunda via. Estes movimentos de terra podem não ser tão uteis em quanto não se torna preciso assentar a segunda via, mas não são inúteis porque servem para quando tem de se concertar alguma parte da primeira via, substituir essa parte, assim como dão mais segurança para a exploração da primeira via; por consequencia não são indifferentes.

Apresentou-se o argumento de que, a subvenção é tão pequena que o contrato foi julgado demasiadamente bom, havendo por isso duvida se se realisaria, e que hoje nos admiramos de se fazerem algumas vantagens ao concessionario para tornar o caminho realisavel.

Se este argumento se podesse admitir, seria de má fé, porque quando se fez o contrato n'aquellas

condições, quem o fez, devia estar convencido de que era realisavel, aliás podia suppor-se que havia já o pensamento secreto de o tornar facil para depois o alterar, o que não acredita.

Sente muito que estas questões se tratem, quer na imprensa, quer no parlamento, com recriminações, em vez de se descer á analyse dos factos (*apoiados*). Ha certos Aristarcos encartados na imprensa, que costumam tratar estas questões com doctos; elle, orador, não seguirá esse caminho; mas se for provocado ha de responder; porque não recua diante de provocações, e aquelles que o agredirem por esse modo na imprensa ha de responder também pela imprensa, mas não com doctos, porque entende que a imprensa é um sacerdocio que deve ser respeitado.

Quando disse hontem que sentia que o sr. ministro das obras publicas tivesse mandado publicar o documento, em que por parte do concessionario, se respondia ás observações feitas na consulta do conselho das obras publicas, de um modo que lhe parecia menos conveniente; não quiz dizer que s. ex.º se devia recusar a fazer essa publicação; não queria dizer que se subtrahisse á publicidade aquelle documento, mas sim que se publicasse em termos convenientes.

Já hontem disse, que a vantagem, que se pretende offerecer, de construir o caminho de ferro em menos tempo, é uma promessa illusoria. No paiz ha falta de braços, e vindo os operarios de fóra, tem o concessionario de pagar despesas de transporte e outras, e alem d'isso é cousa confirmada pelos praticos, que os caminhos de ferro construidos com muita rapidez arrastam sempre mais despesas para o construtor. Diz-se que por isso mesmo se dão algumas compensações ao concessionario. Mas elle não tem interesse algum em construir o caminho com rapidez, e tem toda a facilidade em obter prorrogação de prazos, porque fica salvo o caso de força maior, e não lhe é difficil escogitar um caso de força maior e pedir prorrogação de prazo. Parece que houve um proposito de desfazer todas as difficuldades; e quando foi tanta facilidade em conceder tudo, desconfia que sejam realisaveis as promessas que se fazem.

A formação da companhia não é garantida, e aquelles que votaram o contrato na hypothese de que o empresario ha de formar uma companhia, e responder pela sua realisação, estão enganados, porque o que se se diz nas alterações é, que no caso de formar a companhia, poderá entrar em accordo, mas não é obrigado a organisar-la. Também não acredita no contrato primitivo, porque também n'ello não é garantida a formação da companhia, não arbitro julgar que a remessa das questões para arbitros era mais conveniente do que decidilas desde já contra o paiz, que é exactamente o que se faz pelas alterações.

Suppondo que todos estes argumentos colhem, diz-se que a final do contas, o que a camara quer saber é, se o contrato assim como está, é ou não util, e se, não sendo approved, ficaremos por muito tempo privados de caminhos de ferro. Na sua opinião o contrato como está não é conveniente, e reduzido o caminho de ferro a uma só via, e com as demais circumstancias que se estabelecem, ha de ser um dos caminhos de ferro mais inferiores, ha de custar baratissimo, e d'este modo ha de haver immensos constructores que o queiram fazer; mas entende que é prejudicialissimo para o paiz que se faça um caminho de ferro em similantissimas condições, e não conta que o governo opponha resistencia a exigencias fóra dos limites do contrato, pois que elle já principia a ceder a tudo que se lhe propõe, como o demonstram as portarias de 23 e 28 de janeiro a respeito do traçado da Ponte de Azeca a Santarem, pois que suscitando o concessionario questão a respeito d'esse pequeno traçado, o sr. ministro das obras publicas expediu a portaria de 23 de janeiro, dizendo que se executasse uma parte do traçado, e que ao resto se fizessem modificações; e redarguindo os constructores, por portaria de 28 de janeiro disse-lhes s. ex.º, que fizessem o que quizessem e o que fosse possivel! Como pôde, pois, acreditar que o governo ha de ser zeloso no cumprimento do contrato, quando elle tem taes facilidades logo no principio?

O sr. *Salamanca* não é senão empreiteiro, e o seu interesse como empreiteiro é construir o mais barato possivel, para tirar maior lucro da empreitada, e não fazer um caminho de ferro bem feito. Como pôde acreditar que exista uma companhia séria, sem haver algum por parte d'essa companhia que fiscalise o modo porque o caminho é construido? É tudo uma phantasmagoria; o sr. *Salamanca* é tudo, e até se reserva o direito de emitir as obrigações precisas para levantar 30 milhões, o que nunca se concedeu em contrato algum d'esta natureza.

Não ha pois garantia alguma de que o contrato ha de ser cumprido. A companhia não é senão uma ficção, e a garantia do deposito também desaparece, porque o deposito é restituído á proporção que se vão fazendo os trabalhos; o concessionario levanta 20:000 libras, sempre que tenha feito trabalhos na importancia de 30:000, e como na importancia total dos trabalhos entra a subvenção que lhe dá o governo, pôde mesmo fazer esses trabalhos em terrenos facis, como fez no Alentejo com a subvenção que lhe dá o governo; embolva-se da sua caução, depois exige uma liquidação, que Deus sabe como será feita, vae-se embora, e nós ficamos sem caminho de ferro e logrados e ludibriados.

Nestas circumstancias, uma vez que se fizeram alterações ao contrato, o expediente mais logico seria voltar a concurso, por isso que havendo novas vantagens, poderia apparecer um concorrente que offerecesse mais garantias ao estado. Não se quer adoptar este expediente, porque é moroso? Então admitta-se o contrato com as duas modificações das tarifas e com a obrigação expressa de ser formada a companhia dentro de um certo prazo (*apoiados*).

O sr. *José Horta:*—é-lhe penoso no primeiro debate em que toma parte na camara, ter de impugnar a opinião do seu amigo particular o sr. *Lobo d'Avila*, sem duvida um dos oradores mais distintos da casa. Nem admira que estejam em divergencia, porque s. ex.º colloca-se n'um ponto de vista completamente differente d'aquelle em que elle, o governo e a commissão se collocaram, e em que se collocaria o paiz se fosse chamado a dar o seu voto neste assumpto; s. ex.º ouviu a razão politica, escutou as suas aspirações, considerou de envolta com os interesses mais caros da patria, os seus interesses particulares...

O sr. *Lobo d'Avila:*—que interesses particulares são esses?

O *Orador:*—os interesses politicos; não é isto offensivo ao individuo.

As commissões e o governo attenderam ás justas reclamações do paiz, á impaciencia, sentida em toda a parte e por todos os modos, de melhoramentos n'esta terra, e á necessidade de não subtrahir por mais tempo um dos aperfeiçoamentos mais adequados ás conveniencias publicas. Nem a outra cousa attendam.

No seu entender, todos os argumentos que o illustre deputado apresentou são pouco conclusivos. Para ser methodico n'esta questão vae seguir o modo de raciocinar de s. ex.º, os argumentos que formulou, e tratará de os combater como pôder.

O illustre deputado começou por vir revelar á camara o modo por que o negocio se passara no seio das commissões, invadindo as attribuições d'elle, orador, a quem isso compete na qualidade de re-

lator, e attendendo pouco ás conveniencias de melindre.

A verdade é que as commissões deram muita importancia a este negocio, e trataram-no com toda a seriedade, zelo e consciencia (*apoiados*), e que no modo por que a discussão ali foi conduzida presidiram sempre considerações de dignidade, que não podem ser repellidos pela camara, nem de certo o hão de ser pelo paiz.

O debate foi longo e franco: da parte das commissões apresentando as suas opiniões, da parte do sr. ministro não fazendo segredo de palavras nem de letras, e robustecendo-se com ellas. D'aqui teve origem a resolução que se tomou, e que hoje significa a proposta de lei em discussão. E desde que assim é caduca a suspeita que se quiz lançar sobre o sr. ministro, do que quizera subtrahir-se á responsabilidade que provinha de apresentar uma modificação ao contrato, porque desde o momento em que as commissões tinham sido consultadas, e o governo chegou a formular uma proposta de lei, o sr. ministro pôe a pasta sobre essa proposta, e a sua conservação depende da approvação d'ella.

O sr. deputado não appreciou portanto devidamente o procedimento do sr. ministro das obras publicas, que foi o mais leal e o mais digno (*apoiados*).

O documento que se subtrahiu ao conhecimento da camara, todos os membros das commissões sabem que era um papel, que não tinha relação com o resultado final, que significava uma proposta de lei. É para lamentar que o illustre deputado, proclamando a dignidade, a magnitude e importancia d'este negocio, começasse por abrir o debate por uma suspeita, não por vontade propria, mas que teve pela imprensa!

Depois da apreciação do que se tinha passado nas commissões, o illustre deputado apontou os inconvenientes que resultavam das alterações feitas ao contrato, e disse: «onde está a inviolabilidade do principio do concurso, ou a immutabilidade d'esse principio, onde está? Não vedes que ficou ferido completamente?» E note a camara, que o illustre deputado não é partidario do concurso; entretanto, porque julga que esse principio foi violado, entende que o contrato não deve ser admitido!

S. ex.º obsecado pela sua idea, ou não quiz perceber bem a questão, ou ignora o que é um concurso. O concurso não é um principio inviolavel, não é uma lei que não se pôde transgredir, é um meio que conduz a obter-se um certo resultado, mas um meio que pôde ser modificado, alterado em um ou em outro ponto, quando por ventura estejam de accordo as duas partes que tratam. E o illustre deputado esqueceu-se de que uma das partes contratantes n'esta especie de concurso é o governo, que não pôde abdicar do direito de superintender ás conveniencias mais instantes do paiz!

O governo pôde abrir um concurso, chegar a um resultado e depois entender que é mais conveniente para o estado, que se façam estas ou aquellas alterações; pôde tratar este negocio com o concessionario; pôde o concessionario tomar a iniciativa e offerecer outras alterações; e o governo, na sua qualidade de governo não pôde subtrahir-se a apreciar todos os interesses que estão commettidos á sua iniciativa, e os que pertencem á parte com quem contrata. Parece-lhe que este modo de proceder é racionalissimo, e que o argumento do illustre deputado caduca, por futil.

Demais s. ex.º contradiisse-se, porque, ao passo que não admite que o concurso possa ser violado, admite as alterações na tarifa, que não são senão uma violação do contrato.

Mas a parte má d'essa violação, disse s. ex.º não está na violação, está em que o concurso violado pôde levar á supposição de que o governo approvou um contrato muito favoravel para si e affastou os licitantes, e de que fez a concessão a quem quiz, para depois dizer *vamos a fazer as alterações a nosso sabor*. Esta sombra, com que s. ex.º enegrecer a violação do concurso, não pôde aceitar-se em presença da discussão que está aberta. Pois pôde s. ex.º dizer, a violação importa isto, significa isto? É mais uma injustiça que faz ao ministerio e á maioria das commissões que accitaram as alterações, dando a suppor que se quiz favorecer, patrocinar, obsequiar, um certo e determinado concessionario.

É verdade que o governo fez um projecto de contrato e ouviu o conselho das obras publicas, é verdade que este appreciou o projecto do contrato provisório, e deu conselhos a que o sr. ministro cedeu; e a primeira alteração feita na passagem do contrato provisório para o definitivo, foi proposta pelo conselho de obras publicas.

O illustre deputado tinha dito que as alterações que se pediam ao contrato, não eram necessarias: isto não passava de uma asserção meramente gratuita, e que s. ex.º á face da sciencia não podia de modo algum sustentar. É é tanto mais para admirar a asserção do illustre deputado, quanto elle depois disse que a alteração sobre as tarifas a admitia e achava rasoavel.

O illustre deputado conhecedor da materia como é, não podia de modo algum querer que se mantivessem e conservassem as tarifas differencias que regulam actualmente no troço do caminho de ferro de leste, tarifas autorisadas provisoriamente por um decreto, logo que esta linha houvesse attingido mais consideravel extensão.

O illustre deputado não podia querer isto, porque era impossivel que a sua razão esclarecida e leveasse a isso, e se essas tarifas se não podiam conservar em relação aos passageiros, logo que a linha tivesse sua grande extensão, o que era de esperar succedesse em breve, muito menos se podiam conservar em relação ás mercadorias. As mercadorias é que constituem a parte mais importante na exploração de uma grande via, e eram as mercadorias que não podiam ser transportadas, seguindo-se á risca a letra do contrato.

O illustre deputado tratou com menos consideração a parte do relatório das commissões que se refere a este objecto, lamentou que se tivesse dito que seria absurdo o conservar as tarifas actuaes para toda a extensão do caminho, e inculcou que no relatório se diziam levandades, o que se tinha tratado a questão de um modo futil; se a commissão tratou a questão de um modo futil, s. ex.º não foi mais serio nem mais persuasivo nas reflexões que fez.

Este negocio tem sido debatido, estudado e mais que estudado; em toda a parte se conhece a gravidade d'elle, sabe-se as modificações que tem soffrido, o por isso não pareceu á commissão necessario fazer um relatório mais extenso, mais minucioso, e sim que bastava apenas inculcar a razão principal.

O que é para lamentar é que nós em 1860, em logar de procurarmos tratar da construção das nossas

todas as cousas, recebido aperfeiçoamento successivo da sciencia e do tempo; tudo n'elles tem variado, o peso dos carris, a forma das locomotivas, etc. O receio dos maiores deslizes, que antigamente era attendido, passou a ser pueril; e senão veja o illustre deputado o que diz a este respeito mr. Araújo. Elle prova n'um discurso sobre esta importante questão, que não ha motivo para tal receio.

O empresario teve toda a razão. Outro qualquer que estivesse em dia com o que são estas obras e as suas dimensões relativas faria o mesmo. Pois como é possível que as dimensões das obras sejam as mesmas do contrato Petto, quando a largura da via do actual contrato é o dobro do que era a do outro? Todavia foi isto o que estabeleceram o conselho de obras publicas. Mas não era possível confiar na sinceridade do empresario, se elle não reclamasse, porque então daria um documento de que não sabia comprehender o que era um caminho de ferro debaixo dos pontos de vista economico e scientifico. O contrato estava assim formulado quanto ás dimensões das obras, porque o conselho de obras publicas as approvou, e por consequencia era o conselho quem tinha a responsabilidade moral de taes erros, e não o ministro que confiara no seu conselho tecnico. Por isso admirava que o illustre deputado venha como que lançar o ministro ás gemas, quando elle accetou as reclamações de um empresario, que eram abonadas pelos bons principios da sciencia. O governo fez o que devia, e o que faz todo o governo que deseja acerta.

O conselho das obras publicas fez o que devia fazer; mas parece-lhe que o conselho não attendeu bem ás dimensões primeiramente marcadas, nem viu os inconvenientes que d'aqui se seguiriam. O concessionario, pois teve toda a razão no pedido que fez, e a reclamação que apresentou estava dentro dos bons principios; e tinha absoluta necessidade de fazer uma tal reclamação. A duvida que a tal respeito o concessionario levantou havia de necessariamente levantar-se mais tarde, e com mais graves inconvenientes para a sua resolução; e esta duvida levantada pelo empresario prova que trata este objecto com toda a seriedade.

Não é nova a disposição ou modificação pedida e proposta no projecto da commissão, para que os trabalhos de movimento de terra para a segunda via se guardem para quando as necessidades da circulação o pedirem, ou para quando houver um certo producto bruto por kilometro na parte da linha já feita e aberta á circulação; isto mesmo está estabelecido nos caminhos de ferro hespanholos.

O empresario vendo que a nossa linha ferrea tem de ir entrar com a linha ferrea hespanhola, notou a necessidade de se fazerem no contrato as alterações que pediu a este respeito; e devia este ter sido attendido porque a nossa linha deve estar nas mesmas condições technicas que se dão na linha ferrea hespanhola. É indispensavel que exista a mais perfeita e completa harmonia em todas as condições de construção de um e de outro caminho. Parece-lhe, pois, que as considerações apresentadas pelo sr. Lobo d'Ávila a tal respeito, não tendem senão a querer desviar as opiniões da assembleia.

Em quanto á altura dos subterraneos, tambem neste ponto o empresario procedeu como devia; porque estando marcado no contrato que a abertura dos subterraneos seria, pelo menos, de 7m,40 os pés direitos ao nivel dos carris; e a altura acima d'este nivel até ao intradorso da abobada de revestimento seria de 4m,50; porém como nos caminhos de ferro hespanholos vem marcado, que a altura do subterraneo seja de 7m,80, e que a altura do intradorso da abobada acima do nivel dos carris seja de 5m, e tendo o empresario e os engenheiros entendido sempre que a linha ferrea portugueza deve ser posta em harmonia com as linhas ferreas hespanholas, e vendo que a dimensão marcada na linha portugueza era menor do que a que estava marcada em quanto aos subterraneos da linha hespanhola, onde a altura d'estos é de 7m,80, e a do intradorso da abobada era de 5m, em quanto na linha portugueza a 1.ª altura era de 7m,40 e a 2.ª de 4m, é claro que não poderia deixar de propor que o contrato se alterasse tambem neste ponto, determinando-se, que a abertura dos subterraneos seria, pelo menos, de 7m,80 entre os pés direitos da abobada; e que a altura desde o nivel dos carris até ao intradorso da abobada de revestimento, contada sobre o eixo de qualquer das vias, seja de 5m. E marca-se esta altura em quanto ao intradorso da abobada, porque, como todos sabem, o intradorso deve ser sempre marcado em relação á altura da chamada locomotiva; por consequencia, a alteração pedida neste ponto é razoavel e justa, e justo é que se conceda.

As alterações propostas, todas ellas tendem a pôr em harmonia as nossas vias ferreas com as vias ferreas hespanholas, e o governo a quem foram apresentadas por parte do empresario as duvidas citadas, tinha obrigação de as estudar, e resolver a questão a tempo para que de futuro se não suscitassem essas questões trazendo apez de si graves embargos e muitos inconvenientes, e prejuizos para o paiz (apoiados).

Tambem o sr. Lobo d'Ávila disse, que era completamente impossivel, attentas as circumstancias que se dão no nosso paiz, que o empresario possa concluir o caminho de ferro de leste dentro de dois annos e meio, e o de norte dentro de tres annos; mas demonstrado que não ha nenhuma obra de arte nem na linha de leste, nem na linha de norte, e n'esta tirada a construção da ponte sobre o Douro, para a qual é preciso pelo menos um anno, que demande para a sua execução mais de dois annos para aquella, e de tres annos para esta, parece-lhe que fica demonstrado que a execução das obras dos dois caminhos de ferro pôde fazer-se dentro do prazo marcado no projecto, e por consequencia que a proposição do illustre deputado é inconcludente.

Tendo dado a hora, o orador pede para ficar com a palavra reservada para a seguinte sessão.

O sr. Presidente—declara, que o sr. Ferrer pediu a palavra para apresentar um requerimento, antes de se fechar a sessão, mas como o orador não terminou o seu discurso, não li'á pôde dar sem consentimento da camara. E dando para ordem do dia de segunda-feira a mesma de hoje e mais o parecer sobre as eleições de Idanha a Nova.—Levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Proposta de lei apresentada pelo sr. ministro da fazenda, em sessão de 12 do corrente

Senhores.—A commissão das pautas, em desempenho de parte da incumbencia que lhe fôra committida pela portaria de 12 de setembro ultimo, propoz ao governo em consulta de 25 de janeiro do corrente anno o seguinte.

1.º Que seja admittida pelas alfandegas dos portos secos a aguardente estrangeira, mediante o pagamento de 28000 réis por almude de alcool puro; 2.º Que o aceite de oliveira, procedente de paiz estrangeiro, cujo direito é, segundo a legislação vigente, maior ou menor conforme o preço regulador do mercado, seja igualmente admittido a despacho com o direito fixo de 35000 réis por cem arrateis; 3.º Que as fazendas estrangeiras, não mencionadas na tabella da exportação e reexportação, paguem d'ora em diante pela sua reexportação o direito de 1 por cento ad valorem; e 4.º finalmente, que em quanto durar o tratado celebrado com a França, as embarcações portuguezas, assim como as estrangeiras a ellas equiparadas, sejam quanto ao pagamento dos

direitos de tonelagem igualadas aos navios francezes, os quaes são isentos de taes direitos nas hypothesees de que trata o art. 14.º do sobredito tratado. O governo tendo na attenção devida as judicias considerações expostas na mencionada consulta, que para esclarecimento vae junta por copia, e convencido de que, em geral, estão no caso de merecer a vossa approvação as medidas indicadas tornando-se mais urgente a primeira d'essas medidas, que diz respeito á redução dos direitos da aguardente, em presença das propostas ultimamente apresentadas ao parlamento britannico para a redução dos direitos sobre a importação dos vinhos em Inglaterra, tem a honra de submeter á vossa consideração a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º A aguardente estrangeira pagará o direito de 28000 réis por almude de alcool puro. § unico. O governo designará as alfandegas, tanto de portos de mar, como de portos secos, pelas quaes este genero pôde ser admittido a despacho.

Art. 2.º O aceite de oliveira, procedente de paiz estrangeiro, pagará o direito fixo de 800 réis por almude.

Exceptua-se o aceite de Florença, que continuará a pagar o direito actualmente estabelecido.

Art. 3.º As fazendas estrangeiras, não especificadas na tabella de exportação e reexportação, ficarão sujeitas, quando forem reexportadas, ao pagamento de 1 por cento ad valorem.

Art. 4.º As isenções de direitos de tonelagem concedidas aos navios francezes pelo artigo 14.º do tratado de commercio com a França, confirmado pela carta de ratificação de 2 de setembro de 1853, serão extensivas, nos casos previstos no citado artigo e nos mesmos termos, aos navios portuguezes e aos estrangeiros de todas as nações.

Art. 5.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 8 de março de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.—Antonio de Serpa Pimentel.

Projecto de lei sobre a administração publica apresentado pelo sr. deputado Lopes Branco em sessão de 12 do corrente

Senhores.—Venho hoje offerecer á vossa consideração outro projecto de lei importante, sobre administração publica. Aquelle que vos apresentei, ha poucos dias, dizia respeito á organização judicial e administração de justiça; aquelle que agora submetto á vossa approvação, tem por fim reformar a administração civil.

Não careço de vos expor o estado deploravel, em que se acha a administração, geralmente, nos districtos do reino. Alludindo sómente a elle, desporto sem duvida a vossa mais séria attenção, para uma necessidade que a evidencia de todos nos recommenda.

É necessario fazer parar a relaxação de autoridades, que desvirtuam o poder publico; conferir o exercicio das attribuições importantissimas da administração, em toda a parte, a homens com habilitações necessarias; retribuir-lhes o trabalho e o zelo com que servem o paiz, por meio de uma carreira que os ponha a coberto de deslocações caprichosas e partidarias, e lhes garanta um futuro, que seja a recompensa dos seus serviços; revestir a autoridade do prestigio e da dignidade, a que deve elevar-la o respeito da sua missão; convencer os agentes do poder da responsabilidade que lhes impõem as attribuições que lhes forem conferidas; e suspender a torrente da desmoralisação que desaccata a magestade das leis.

A unica questão que resta, é a de algum augmento de despesa, em que pôde importar a organização, que vos proponho. Mas, em primeiro lugar, esse augmento desaparece, com as economias que devem resultar da supressão de alguns districtos; por que, de ha muito tempo, entendo que é preciso eliminar as despesas desnecessarias que peizam no orçamento do estado, e reduzir as que são excessivas, entendendo-se, em todo o caso, que eu não quero que se proscrevam e se abandonem á miseria os empregados, que as reformas excluem dos quadros, que ellas fixarem; porém, é preciso tambem necessitar por uma vez, que não gastar o que as necessidades de uma boa administração exigem, é perder os beneficios de que depende a prosperidade do paiz, com a qual crescem e augmentam os recursos do thesouro.

Tenho, pois, a honra de submeter á vossa approvação o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Os districtos do continente do reino e ilhas adjacentes serão reduzidos ao numero que for necessario; e os concellos arredondados de novo, como mais convier á commodidade dos povos, e á boa administração do paiz.

Art. 2.º Passados seis annos depois da publicação da presente lei, são candidatos aos logares de governadores civis sómente os secretarios geraes, que tiverem dez annos de serviço.

Art. 3.º Os governadores civis vencerão 3:000\$ réis de ordenado; e visitarão o seu districto de tres em tres annos.

Art. 4.º Estas visitas se farão em todo o reino e ilhas adjacentes, ao mesmo tempo e n'uma epocha determinada, para todos os governadores civis. Nenhum governador civil fará mais de uma visita; e, só passados tres annos depois que estiver em exercicio, a poderá fazer.

Art. 5.º Alem das attribuições que pela legislação em vigor competem aos governadores civis, elles abirão no fim da sua visita, em cada concello, correição dos administradores, na qual investigarão, se prestaram algum serviço distincto, os melhoramentos com que fizeram notavel a sua administração; se commetteram abusos e violencias; em que estado deixaram a administração, e em que condições de moralidade ficaram os povos que administraram.

Art. 6.º Se houver motivo para procedimento contra algum administrador, o governador civil mandará fazer auto, que remetterá ao governo, suspendendo logo o administrador; e da visita a todo o districto formará um relatório circumstanciado, que enviará igualmente ao governo, o qual se publicará na folha official e no jornal da capital do districto, omitindo n'elle os nomes e as denominações que possam indicar os culpados nos factos criminosos, de que tiver de dar conta no relatório, se ainda não os tiverem demittidos.

Art. 7.º A correição ordenada nos artigos antecedentes comprehendendo todos os empregados da administração, até aos cabos de policia inclusivamente, e lhes são applicaveis as disposições dos mesmos artigos; com a differença que, havendo motivo para procedimento, o auto não será remittido ao governo, e o governador civil obrará na conformidade das leis, demittindo aquelles que não forem de nomeação regia, ou propondo a demissão dos que estiverem n'este caso.

Art. 8.º Os governadores civis e secretarios geraes, em completando seis annos de serviço, serão mudados de uns para outros districtos, de modo que nenhum secretario geral vá transferido, para onde for o governador civil com quem serviu.

Art. 9.º As transferencias dos governadores civis e secretarios geraes se farão ao mesmo tempo, em cada districto, e em todo o reino e ilhas adjacentes.

Art. 10.º Os governadores civis que completarem n'este exercicio quinze annos de exercicio, são can-

didatos aos logares de conselheiros d'estado, e aos dos tribunales do thesouro publico e de contas.

Art. 11.º Os secretarios geraes vencerão 1:200\$000 réis de ordenado; e o dos outros empregados dos governos civis serão estabelecidos pelo governo n'esta proporção.

Art. 12.º Só pôde ser despachado para administrador de concello e bairro, quem for bacharel formado em direito, e que não tenha naturalidade nem domicilio nem parentes, n'aquelle para que for despachado.

Art. 13.º Os administradores de concello e bairro, que completarem quinze annos de serviço, são candidatos aos logares de secretario geral; e, passados quatro depois da publicação da presente lei, é prohibido despachar para secretario geral candidato de outra alguma classe.

Art. 14.º Os concellos e bairros serão divididos em tres classes; e os primeiros despachos de administradores começarão pelos da terceira, devendo aquella classificação ser feita, conforme a importância e a categoria das capitais e dos concellos.

Art. 15.º Os administradores serão transferidos de uns concellos e bairros para outros, passados seis annos de serviço; e estas transferencias se farão entre elles, dentro dos concellos e bairros da sua respectiva classe, de forma que os da terceira não passem para os da segunda, senão quando houver vagaturas n'esta, e para esse fim não se terá em vista sómente a antiguidade, mas tambem o serviço e o merecimento relativo dos administradores.

Art. 16.º Nos bairros de Lisboa e Porto as transferencias estão sujeitas á regra geral; e os administradores que servirem n'elles serão mudados sempre, ou de uma d'aquellas cidades para a outra, ou para concellos de fora de ambas.

Art. 17.º As transferencias dos administradores serão feitas simultaneamente com as dos governadores civis e secretarios geraes; e para este fim se reputará, que todos acabam os seis annos, ao mesmo tempo; ainda que por quaesquer circumstancias seja menor para alguns o periodo que tenham de serviço, no logar que estejam exercendo. O governo publicará as transferencias no dia 24 de novembro, e no 1.º de janeiro seguinte se apresentarão todos os transferidos nos seus logares.

Art. 18.º Os ordenados dos administradores em Lisboa e Porto e nos concellos de 1.ª classe são de 600\$000 réis; nos de 2.ª, 400\$000; e nos de 3.ª, de 250\$000 réis; pagos pelos cofres municipaes, alem dos emolumentos que lhes pertencerem.

Art. 19.º Passados seis annos depois da publicação da presente lei, os governadores civis, secretarios geraes, e administradores não podem ser demittidos, senão quando por sentença forem convencidos e condemnados, por crimes commettidos no exercicio de suas funções.

Podem com tudo ser suspensos pelo governo: 1.º, por abuso de confiança; 2.º, por notoria hostilidade ao governo; 3.º, por falsa informação. Em cada um d'estes tres casos ficam percebendo metade do ordenado.

Art. 20.º Os officiaes dos governos civis, e escriptaes das administrações poderão ser demittidos de seus empregos: 1.º, por abuso de confiança; 2.º, por factos de notoria hostilidade contra o governo; 3.º, por falsa informação; declarando-se-lhes nos decretos de fundação da demissão.

Art. 21.º Pelos despachos de transferencia não se passarão diplomas; e apenas se lançarão apostillas nas respectivas cartas, de que não se perceberão emolumentos, nem pagarão direitos de mercê, nem sellos.

Art. 22.º Os administradores de concello e bairro, para serem contemplados nos despachos das transferencias, devem apresentar na secretaria d'estado dos negocios do reino, dois mezes antes, certidão de corrente relativa a todas as epochas comprehendidas no tempo que tiverem servido, pela qual mostrem haverem feito as execuções administrativas dos devedores á fazenda, que lhes foram relaxadas; e aquelle que a não apresentar, ficará excluido do despacho, e será demittido.

Art. 23.º Em cada concello haverá até dois substitutos, para servirem no impedimento do administrador, propostos pelo governador civil, e nomeados por decreto do Rei, os quaes poderão ter naturalidade e domicilio no concello.

Art. 24.º Os substitutos dos administradores servirão, pelo mesmo tempo que servirem os proprietarios; e, quando estiverem em exercicio, vencerão uma terça parte do ordenado do administrador, que lhes será descontada; assim como todos os emolumentos e quaesquer proventos que pertencam ao mesmo administrador, em logar de quem servirem.

Art. 25.º Compete aos administradores do concello ou bairro, alem das suas actuaes attribuições: 1.º O lançamento, cobrança e execução dos impostos e contribuições do estado, e a administração e superintendencia da fazenda, nos seus respectivos concellos, na conformidade das leis.

2.º Proceder á formação do auto de investigação de todos os crimes que se commetterem nos seus concellos, e á apprehensão dos objectos que tiverem relação com o crime, ou possam comprometter, bem como á captura dos criminosos, nos casos em que a prisão é permittida sem culpa formada, ou sejam auctores do crime ou cúmplices, ou de qualquer modo participantes d'elle; remetendo todos os autos que fizerem, e os papéis das diligencias a que procederem, ao juiz competente.

3.º O registo civil de nascimentos, casamentos e obitos.

4.º Fazer annualmente, e rectificar todos os mezes, a estatística de todos os cidadãos e pessoas do seu concello, com as profissões que exercem; e, quando não as tenham, nem rendimentos que se lhes conheçam, de que é que procedem os meios de que subsistem, juntando a todos o seu estado, idade, e pessoas de que se compõe cada familia.

5.º Tomar conta, de dois em dois annos, a todas as irmandades, misericórdias, confrarias, e quaesquer estabelecimentos pios, cujo conhecimento não pertença por lei ao tribunal de contas; fazendo de todas ellas, e do estado em que aquellas corporações se acharem, um relatório que remetterá ao governador civil com o seu parecer, sobre quaesquer medidas que seja necessario adoptar.

6.º Tomar conta da gravidez de mulheres solteiras, que não viverem recatadamente, e obriga-las a da-la do parto; fazendo que se observem depois as leis a este respeito.

7.º Prender, e fazer auto aos individuos que, ao formar a estatística determinada no n.º 4.º, achar que não têm meios conhecidos de subsistencia; remetendo os presos, com os autos que lhes tiver feito, ao juiz competente, para os effectos devidos.

8.º Vigiar pelas familias que ficarem aos individuos de que trata o numero antecedente, e exercer n'ellas toda a policia; procedendo a prisão, nos casos em que ella deva ter logar.

9.º Soccorrer, por algum meio legal, ou por subscripções voluntarias, os pobres que se acharem ao desamparo nos seus domicilios.

10.º Impedir, com todo o rigor, tanto nas casas publicas, como nas particulares, o jogo que é prohibido pelas leis, autuando e prendendo em flagrante as pessoas que encontrar a fazer, e o dono da casa aonde elle se fizer; e remetendo todos, com o competente auto, ao juiz, a quem o conhecimento do caso pertencer.

11.º Reprimir as acções e palavras torpes e obscenas, que se praticarem e proferirem em publico, fazendo prender em flagrante as pessoas, que pra-

tiarem umas, e proferirem outras, e remette-las ao juiz competente; procedendo da mesma forma contra aquellas, que de qualquer modo, faltarem ao respeito que é devido á religião do estado, e offenderem os bons costumes, e a decencia, a honestidade e o recato das familias.

12.º Capturar e fazer prender os criminosos que andarem fóra da acção dos tribunales, independente de mandado judicial, para que sejam processados e julgados.

Art. 26.º O administrador do concello é presidente da camara municipal, e, n'esta qualidade, lhe ficam pertencendo todas as attribuições, que competem aos presidentes actuaes.

§ unico. Fica substituido a organização actual das camaras municipaes de Lisboa e Porto; mas em quanto á de Lisboa, é revogado o decreto de 2 de dezembro de 1851.

Art. 27.º Os administradores e escriptaes de concello e bairro vencem emolumentos de todos os negocios que lhe competem, inclusivamente das contas que os administradores tomam.

Art. 28.º Em cada administração de concello servirão um escriptivo e até dois amanuenses. Os escriptaes vencerão em Lisboa e Porto 600\$000 réis, nas capitais dos districtos 500\$000 réis, e nos outros concellos 350\$000 réis. Os amanuenses vencerão em Lisboa e Porto 300\$000 réis, nas capitais dos districtos 250\$000 réis, e nos outros concellos 150\$000 réis.

Art. 29.º São garantidas as aposentações aos magistrados da administração civil, as quaes serão reguladas por uma lei especial.

Art. 30.º Os escriptaes das juntas de parochia ficam sendo os regedores das freguezias, e n'esta conformidade as respectivas juntas lhes arbitrarão uma gratificação mais correspondente ao encargo, que se lhes incumbem pela presente lei. N'esta qualidade os regedores ficam sendo simplesmente chefes de policia, e delegados dos administradores, para effecto de cumprir as ordens d'elles dentro das suas freguezias, passando para os mesmos administradores todas as attribuições, que até agora competiam aos regedores por auctoridade propria.

Art. 31.º Na capital de cada concello, e em Lisboa e Porto em cada bairro, haverá um commissario de policia nomeado pelo administrador, á ordem de quem servirá, ao qual a respectiva camara pagará um ordenado pelo cofre do concello. Haverá mais seis cabos de policia, que vencerão tambem uma gratificação paga pelos cofres das camaras; mas em Lisboa o numero d'estes cabos será de quarenta, e no Porto de trinta, e todos servirão ás ordens dos respectivos commissarios.

Art. 32.º Aos commissarios de policia nas capitais dos districtos será paga mais uma gratificação pelo cofre da policia do governo, e elles estarão por isso igualmente ás ordens do respectivo governador civil. Em Lisboa e Porto haverá um commissario geral, ao qual estarão subordinados os dos bairros, que serão nomeados, cada um pelo respectivo governador civil, e terão de ordenado 800\$000 réis.

Art. 33.º Os commissarios de policia nas capitais dos districtos vencerão 400\$000 réis, e em Lisboa e Porto 600\$000 réis; nas capitais dos concellos de 1.ª e 2.ª classe 200\$000 réis; e nas de 3.ª classe 150\$000 réis. Os cabos de policia vencerão 600 réis diarios em Lisboa e Porto, e 240 réis nos outros concellos.

Art. 34.º Alem do regedor, haverá em cada freguezia um cabo de policia, por cada vinte fogos, que servirão este logar, com as condições e pelo tempo da legislação em vigor.

Art. 35.º O governo ordenará um regulamento de policia civil para todos os districtos, em harmonia com a organização dos artigos antecedentes.

Art. 36.º As camaras municipaes podem lançar de contribuições, sómente, até 2 réis em cada quartilho de vinho, que se venda em tabernas e em qualquer casa publica; 2 réis em cada arratel de carnes verdes; um tributo aos carros; um imposto nos terrados das feiras; 10 por cento sobre a contribuição directa; e uma contribuição de serviço pessoal lançada a cada morador do concello, sem excepção de chefe algum de familia.

§ unico. Se for necessario lançar mais tributos, do que são permittidos por este artigo, sómente se augmentará aquelle que é permittido sobre a contribuição directa; e para esse fim o conselho municipal se formará de mais metade dos membros de que for composto, sendo chamados para o completo, n'este caso, os maiores contribuintes que se seguirem aos que compozerem o conselho.

Art. 37.º Não será approvado orçamento algum municipal, em que não se ache incluída uma verba de receita, para construção e reparo de caminhos visinhas, em quanto nos concellos houver necessidade d'estas obras; indo junta ao orçamento, sempre que for possível, a planta correspondente, e na sua falta a explicação d'ellas, com todas as circumstancias de que dependa, conhecer-se a sua utilidade para o publico.

Art. 38.º As camaras municipaes poderão requisitar ao director das obras publicas do districto o estudo preciso de quaesquer obras que deliberem fazer nos seus concellos, e as plantas e a fiscalização d'ellas, para que sejam feitas com perfeição e solidez.

Art. 39.º As camaras municipaes provêem ao aproveitamento de quaesquer terrenos, que possam ser cultivados, ou aos reparos de que precisarem as que já o são; e para esse fim lançarão, juntamente com os concellos municipaes, aos proprietarios que forem beneficiados com essas obras, a despesa em que ellas importarem; e a cobrança contra os collectados remissos se fará executivamente, da mesma forma que se procede na cobrança e execução das contribuições do estado.

Art. 40.º São obrigadas as camaras municipaes a adoptar, dentro dos seus respectivos concellos, quaesquer medidas que se façam necessarias, para bem da saúde publica, ouvindo previamente, sendo necessario, o respectivo delegado.

Art. 41.º Os vereadores que faltarem seis vezes ás sessões da camara, sem causa comprovada, pagarão uma multa de 50\$000 até 200\$000 réis; e por cada seis faltas mais, a multa se dobrará.

Art. 42.º A camara municipal que não celebrar, ao menos, uma sessão por semana, será dissolvida, e seus membros privados por dois annos dos direitos politicos, e inhabéis para sempre de servirem empregos publicos.

Art. 43.º Para que possam ser impostas as penas dos dois artigos antecedentes, o administrador do concello é obrigado a fazer auto, em que se verifiquem os casos a que ellas ficam applicadas; remetendo-o logo ao governador civil, para elle lhe dar o destino conveniente.

Art. 44.º É applicavel ás juntas de parochia, o que fica disposto nos artigos 42.º e 43.º. As multas porém ficam reduzidas a metade, e o auto será feito pelo administrador do concello, com as informações que tiver obtido, e resposta por escripto dos membros da junta, que tiverem incorrido nas penas, que se lhe têm de impor.

Art. 45.º Os membros da junta geral, que não comparecerem, ou faltarem á sessão para que forem convocados, sem causa comprovada, incorrerão na pena do perdimento dos direitos politicos por dois annos, e na multa de 100\$000 até 300\$000 réis para o cofre do districto.

Art. 46.º O governador civil fará auto ou autos, em que se verifique a falta dos membros da junta, que serão lavrados pelo secretario geral, e por elle

assignados; e os remetterá aos delegados das comarcas, aonde pertencer o julgamento da pena.

Art. 47.º O orçamento da junta geral será proposto pelo governador civil, na occasião em que elle abrir a sessão ordinaria d'ella, na conformidade do art. 200.º do codigo administrativo; e a junta discute-o, approva-o, e remette-o ao governador civil, dentro de tres dias. Se a junta geral recusa a sua approvação ao orçamento, ou lhe faz alterações com que o governador civil não se conforma, este poderá interpor recurso para o conselho d'estado, e a junta responderá a elle dentro de tres dias.

Art. 48.º O governador civil remette o orçamento com o seu recurso para o conselho d'estado, dentro de doze dias, contados d'aquelle em que a junta geral deu a sua resposta, com as informações e documentos com que o fundamentar; e se dentro de quarenta não estiver concluido pelo conselho d'estado, se reputará o orçamento proposto pelo governador civil á junta geral definitivamente approvado.

Art. 49.º Não será consentido orçamento de junta geral, em que não seja consignada uma verba de receita, para construção e reparo de caminhos de districto; e ás juntas geraes são applicaveis, para este fim, as disposições dos artigos 37.º e 38.º.

Art. 50.º Para membros do conselho de districto sómente podem ser nomeados os cidadãos, que estiverem comprehendidos em alguma das seguintes categorias:

1.º Governadores civis, secretarios geraes, e administradores de concello aposentados.

2.º Secretarios geraes e administradores de concello, com dez annos de serviço.

3.º Doutores e bachareis formados em direito, com seis annos de pratica no foro.

Art. 51.º Os conselhos de districto são permanentes, e a nomeação dos seus membros será feita por decreto do rei. Os conselhos de districto e os seus membros ficam igualados aos tribunales e aos membros dos tribunales judiciais de segunda instancia, para todos os effectos.

Art. 52.º Os membros dos conselhos de districto vencem ordenado, que será em Lisboa e Porto de 500\$000 réis, e de 400\$000 réis nos outros districtos; alem dos emolumentos que lhes pertencerem, os quaes entrarão, em cofre, para serem distribuidos no fim de cada meiz.

§ unico. Aos membros dos conselhos de districto, que forem governadores civis, secretarios geraes e administradores aposentados, se abonará sómente metade do ordenado.

Art. 53.º O presidente do conselho de districto tem voto de desempate.

Art. 54.º As decisões do conselho de districto têm força de caso julgado, não se interpondo recurso d'ellas, no prazo de trinta dias, contados da data dos accordados.

Art. 55.º O governo nomeará dois commissarios regios para o continente, e um para as ilhas da Madeira e Açores, que servirão por seis annos, os quaes irão nos districtos das suas respectivas divisões syndicar, dos administradores que tiverem sido transferidos, ou saído dos concellos por outra razão, indagando ali quanto fica determinado no artigo 5.º aos governadores civis, na sua visita aos districtos; e de tudo que acharem, e de que forem informados, farão um relatório bem desenvolvido, que remetterão ao governo.

Art. 56.º Se em virtude das investigações, a que os commissarios regios procederem nas suas syndicancias, descobrirem factos criminosos, pelos quaes as leis imponham pena em que se tenha incorrido, procederão logo aos competentes autos, que enviarão ao governo, juntamente com o relatório geral da syndicancia.

Art. 57.º As syndicancias ordenadas no artigo 55.º comprehendem todos os empregados da administração; e aos commissarios regios ficam pertencendo as mesmas attribuições, que, pelo artigo 7.º, competem aos governadores civis, no acto da sua visita aos districtos.

Art. 58.º Durante os seis annos do seu exercicio, os commissarios regios syndicarão permanentemente de todos os magistrados, chefes e empregados da administração civil, na capital e nos concellos do districto, com a maior reserva; investigando tudo quanto convenha saber, para assegurar ao governo o fiel desempenho dos deveres de cada um, e expressamente sobre os pontos que ficam indicados no artigo 55.º; e do resultado das suas investigações farão os relatórios, que a natureza e a importancia dos factos exigirem, que enviarão ao governo; e os autos que forem necessarios, para serem punidos os culpados, os quaes enviarão aonde competirem.

Art. 59.º O governo fará uma tabella de emolumentos administrativos, conciliando-a em tudo, com a conveniencia do serviço e dos povos.

Art. 60.º É o governo auctorizado a rever o actual codigo administrativo; e a pôr em harmonia com elle as disposições da presente lei, e as suas mesmas entre si, e com a legislação posterior.

Muitos cavalheiros e senhoras concorreram a esta brilhante festa industrial.

«S. ex.ª» o sr. governador geral depois de ter visitado todos os objectos, principalmente os nacionaes, dos quaes se occupava com muito interesse, inquirindo os nomes dos expositores, o logar da produção etc. etc., retirou-se satisfeito; seriam cerca das 3 horas da tarde.

«Alguns visitantes continuaram a ficar no palacio, e outros entravam até as 6 horas que lá nos achamos.

«Apesar de que as circumstancias levaram a exposição de Pangim á cidade velha, e o programma do detalhe do serviço não foi possível publicar com a devida anticipação; com tudo vimos ali cavalheiros e senhoras de Bardez, e alguns Dessaes.

«A exposição está superior a que muita gente esperava, e em quanto se este verdadeiro e o primeiro ensaio, e a nossa pequena industria não esteja acostumada, dizemos mal, tenha uma grande repugnancia a concorrer a semelhantes justas; com tudo temos ali felizmente objectos nacionaes mui apreciáveis.

«Sete são as salas que occupa a exposição. «Na primeira se vêem em um compartimento a collecção de aves e quadrupedes embalsamados que vieram de Bombaim,—n'outro compartimento estão os costumes dos diferentes povos orientaes,—e n'outro obras delicadas de sandalo e marfim, entre as quaes figuram duas cadeiras e uma mesa de finissimo lavor aberto em marfim e embutido de madreperla vinda de Bombaim, e duas caixas de sandalo de um trabalho delicado, apresentando grupos em baixo relevo e figuras da mythologia bramânica feitas por um genio de Cuncolim.

«Na segunda se vêem n'um taboleiro diferentes obras de palhinha de junco, de bambú, e rotim,—n'outro varios modelos de maquinas, e barcos, e pezos e medidas do systema metrico,—n'outro uma variada collecção de conchas,—n'outro trabalhos curiosos de missanga,—n'outro diversos retratos de rajás da India,—e n'outro diferentes bordados em lã, e talagarcha.

«Na terceira se observa nos diferentes logares uma rica collecção de filamentos d'este paiz—trabalhos em madeira lacreada—obras de madeira com lavores abertos—uma grande mesa circular de uma só taboa de diametro de 12 palmos proveniente de Timor—e varias flores e curiosidades em cera, lã, papel etc.

«Na quarta se vêem varios tecidos de Diu, Damão, Bombaim, Taná, Belgam, e Bardez, em uma parte,—e n'outra alguns bordados em algodão, seda e veludo.

«Na quinta se encontram diversas bebidas espirituosas fabricadas em Goa—substancias vegetaes alimenticias, gommosas, resinosas, oleaginosas, etc., em grande variedade.

«Na sexta se acha um coqueiro e em roda os productos que d'elle se podem obter.

«Na setima finalmente estão collocadas obras de barro, ferro, couros, etc.

«Longe iriamos se pertendessemos mencionar em um artigo tudo quanto se encontra na exposição. Só um catalogo bem ordenado poderá dar idéa completa.

«Por falta de espaço, e por causa do retardamento por parte dos expositores na remessa dos seus productos, não foi possível classificar bem todos os objectos na sua collocção. Entretanto o que se fez pela vez primeira, e logo depois de acabada a venação do corpo de S. Francisco Xavier que trazia absorvida a attenção de todos, é já muito.

«Os preços da entrada são tão baixos que estão ao alcance de quasi toda a gente.

«Todos os dias duas bandas de musica tocam peças escolhidas para deleitar os ouvidos dos visitantes, em quanto a vista se entretém no exame do que está exposto.»

—A *Abelha de Bombaim*, de sabbado 28 de janeiro, escreve o seguinte sob o título—Uma grande perda para o clero portuguez:

«Por um telegramma recebido na tarde de quinta feira, datado em Goa do mesmo dia, soube-mos o mais profundo sentimento de magoa e de inesperada noticia do repentino fallecimento do muito reverendo sr. padre Caetano João Peres, governador do archiepiscopado. O clero portuguez da India lamentará de certo a irreparavel perda, que acaba de soffrer, de um dos seus melhores ornamentos; a patria um cidadão prestante e um dos seus filhos mais notaveis por seu saber e virtudes civicas. O telegramma não nos dá infelizmente os promotores d'este acontecimento, que cobriu de luto a illustre corporação do cabido de que era membro, e encheu de afflicção a sua numerosa familia, e contristou os muitos amigos do illustre finado.»

A mesma folha de 4 de fevereiro, referindo-se ao novo *Boletim Official* d'aquelle estado, de 27 de janeiro, acrescenta que o inesperado fallecimento do muito reverendo padre Peres, em 24 d'aquelle mez, fora precedido somente de breves dias de enfermidade. O seu corpo foi dado á sepultura no dia 25 no cemiterio da cathedral com mui lutozido acompanhamento, e com todas as honras devidas á sua dignidade. «A igreja goana, diz o jornal official, perdeu na pessoa d'elle um dos seus mais graves e instruidos sacerdotes. Elle era geralmente estimado, e a sua inesperada e prematura morte foi chorada por todos os que o conheciam.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 15 do corrente. De alem dos Pyreneos não chegaram hoje folhas; os ultimos periodicos que temos de Paris alcançam a 11.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

«Acampamento de Tetuán, 13 de março.—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra:—Hoje, ás 3 horas da tarde, apresentou-se-me Kadib-Aymad-el-Chebbi, commissario enviado por Muley-Abbas, e portador de uma carta d'este ultimo, a fim de que attendesse ao que elle me representasse, em seu nome, para interesse das duas nações, e a favor da paz que elle desejava.

«Dei ao commissario do califa a resposta que julguei conveniente, declarando-lhe igualmente que não suspenderia as operações de guerra em quanto as negociações não tivessem um resultado satisfactorio. Dou a v. ex.ª, pelo correio, conhecimento circumstanciado d'esta conferencia.»

No Estreito continuava ainda no dia 14 o grande temporal, tornando-se por isso mui difficil, se não impossivel, o desembarque dos viveres que estão a bordo dos navios.

Alem dos despachos de que fallamos, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Liorne, 13 de março.—Em Pisa, Siena e Liorne achavam-se inscriptos 45.218 electores: a favor da annexação votaram 28.826, e a favor de um reino separado 333.

Bolonia, 13.—Aqui e nos arrabaldes d'esta cidade entraram nas urnas 22.000 listas, não contando os votos da tropa.

Modena, 13.—Votaram as tres quartas partes dos electores inscriptos.

Vienna, 13.—Na bolsa é esperado com ansiedade o resultado da votação da Toscana.

Londres, 13.—Sobre o modo por que deve ser submettida ás potencias a questão da annexação da Saboya, disse lord John Russell que esperava um despacho do seu embaixador em Paris.

Na camera dos lords, lord Jamton propoz uma manifestação á camera dos commons sobre a abolição dos direitos do papel. Pela abolição votaram 245 membros, e contra 192.

Paris, 13.—Segundo affirmava a *Independence Belge*, a santa sé também não aceita as ultimas propostas da França, relativas ao vicariato da Romania. Espalhou-se o boato de que o papa aceitará o vicariato de um secular, sendo este eleito pela santa sé.

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Londres, 12 de março.—A nau *Filomena* partiu hoje para Cadiz.

Paris, 12.—A proposta de lord Kinglake, que foi adiada a pedido de lord John Russell, será discutida na proxima segunda feira.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Florença, 12 de março.—a votação começou com toda a solemnidade, muito concorrida e com muita ordem.

Acham-se inscriptas 32.000 pessoas. Metade d'este numero votou no primeiro dia. Nos outros pontos, houve igual enthusiasmo. Todas as casas appareceram embandeiradas. Os camponeses apresentaram-se a votar em grupos, precedidos de bandeiras.

Modena, 12.—Grande affluencia para a votação. Na Emilia acontece o mesmo. O clero vota a favor da annexação.

Bolonia, 12.—A annexação prevalece: de 27.000 electores votaram a favor d'esta 17.000.

Paris, 12.—Em Saboya e Niza de dia para dia, toma maior consistencia a idéa da annexação.

Diz-se que Farini está designado para ministro do reino, no Piemonte.

FRANÇA

Em quanto os povos da Italia central se entregam com enthusiasmo á votação que deve decidir da sua sorte futura, e em quanto, por outra parte, na Saboya, se fazem os preparativos necessarios para se proceder igualmente a uma votação popular, o jornal francez *Constitutionnel* publica acerca do suffragio universal nas suas relações com o direito natural, um artigo que teria ainda maior alcance se esse jornal não tivesse sido já por vezes desmentido, mas que, apesar d'isso, tem causado grande sensação.

O *Constitutionnel* pretende demonstrar que se o suffragio universal offerece garantias á independencia interior dos povos, elle se pôde tornar para a Europa, por uma falsa extensão, uma causa de perturbações e de perigos incessantes. Em França, produziu elle maravilhas «mas quando a sua acção ultrapassa a fronteira dos estados, ella deve conciliar-se com os direitos reconhecidos das outras nações, com o interesse superior do equilibrio geral, e o direito nacional acha-se então em presença do direito publico europeu.» É o que hoje acontece quando a doutrina da soberania nacional é invocada contra a politica imperial, em proveito de combinações contras a quaes a França não tem, sem duvida, a protestar, mas que se preparam fóra das suas inspirações.

O *Constitutionnel* recorda a recusa do throno da Belgica, a que um príncipe francez fora chamado, e conclue dizendo que onde termina a soberania, termina também necessariamente a acção do suffragio universal que, em todo o caso, não pôde impor á politica franceza uma solidariedade necessaria em actos tão pouco conformes aos seus conselhos, como ao direito publico da Europa.

O artigo de que fallamos é assignado por M. A. Grandguillot.

O *Pays* (jornal do imperio) adoptando, segundo parece, a opinião do seu collega, pergunta ao Piemonte, por intervenção de mr. Granier de Cassagnac, se previu o caso, muito grave e até muito provavel, de que a annexação da Toscana não tenha a seu favor nem o assentimento da Austria e dos seus alliados, nem o da França, e este outro caso, indicado pelo proprio texto da nota do ministro dos negocios estrangeiros da França, em que uma annexação pura e simples das Legações será completamente reprovada pela França. Este jornal significa muito positivamente ao Piemonte que não deve contar com a França, se continuar a adoptar a politica do conde de Cavour.

«A França, diz o jornal citado, correu em auxilio da Sardenha quando a Austria ameaçava invadi-la; porém pôde acaso algum imaginar que o governo francez proceda da mesma maneira para remover os conflictos provenientes das suas usurpações ou das suas provocações? Ninguém o imaginaria. É pois uma grande temeridade, podendo conservar a Lombardia, cedida pela Austria, e podendo ficar com os ducados e com o vicariato das Legações, e sob a nossa garantia, ir provocar uma nova questão, procedendo ainda á annexação da Toscana, com a probabilidade de ter a Austria por adversaria, e a certeza de não ter a França por aliada.»

O *Pays* repete, no fim do artigo, o mesmo pensamento. «Oxalá, diz o jornal francez, que a politica ousada termine em quanto é tempo, a fim de que não se renovem os perigos da Italia, mas sem o auxilio da França, para que esses perigos sejam removidos!»

PIEMONTE

Parece que effectivamente foi transmitida de Paris ao marechal Vaillant ordem para se retirar com as suas tropas da Lombardia, apenas for proclamada a annexação da Toscana e das Legações.

Esta noticia dada pelo correspondente de Turim da *Presse*, é confirmada pela *Independence Belge* nos termos seguintes:

«Como o marechal Vaillant informasse o rei de que recebera essa ordem, reuniu-se immediatamente em Turim um conselho de ministros, a fim de deliberar acerca da situação em que o Piemonte ficava collocado, em vista d'essa resolução do governo francez, aliás conforme ás declarações feitas pelo imperador Napoleão e pelo seu ministro dos negocios estrangeiros, no discurso do 1.º do corrente, e na nota de 24 de fevereiro proximo passado.

«Depois de uma acalorada discussão, o rei Victor Manuel e os seus ministros decidiram arrostar com as consequências que podessem resultar das liberações da França.»

INGLATERRA

Os dois jornaes inglezes *Daily News* e *Morning Post*, que são considerados órgãos da opinião do ministério inglez, dão a sua inteira approvação á resposta dada pelo conde de Cavour ás propostas francezas.

—Segundo noticia o primeiro dos jornaes citados, teve ultimamente logar um jantar dado pelos officiaes da milicia. N'essa occasião o duque de Cambridge pronunciou um extenso discurso no qual insistiu principalmente na idéa de que os progressos da sciencia e as novas invenções impõem mais do que nunca á Inglaterra, como a todas as outras potencias, o dever de velarem pela sua segurança.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	764,34	13,2	NE.
3 t.	762,44	18,6	NE.

DIA 16.

Maxima—temperatura.....	15,0 C.
Minima.....	7,4 »
Ozone (de noite).....	8,0 »
Chuva (adometro).....	6,5 »
Evaporação (vapormetro).....	0,0 MIL.
Altura barométrica correctda.....	7,8 »
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 17 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Thomas Hodgson, barca ingleza, capitão J. Orms-ton, de New Castle em 23 dias, com carvão, a F. Martin & Sons; 11 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 6 horas e meia da noite.

Ville de Paris, vapor paquete francez, capitão A. Mahaud, de Gibraltar em 3 dias e meio, e de Cadiz em 48 horas, com fazendas, a H. Juhel; 24 pessoas de tripulação, 1 mala, e 4 passageiros. Entrou hontem ás 11 horas da noite.

Brazil, vapor paquete portuguez, capitão L. A. da Silva, do Rio de Janeiro em 41 dias, da Bahia em 38, de Pernambuco em 35, da ilha de S. Vicente de Cabo Verde em 16, e de Lagos em 37 horas, com tabaco, café, e mais generos, a P. Olive & C.ª; 98 pessoas de tripulação, 7 malas, e 78 passageiros.

Diamant, brigue noruegues, capitão E. Osmundsen, de New Castle em 14 dias, com carvão, a O. Herold & C.ª; 10 pessoas de tripulação.

Jeannette Melanie, brigue belga, capitão J. Fischen, de Swansea em 9 dias, com carvão, a ordens; 10 pessoas de tripulação.

Celestine, barca franceza, capitão A. Sessin, de Rouen em 73 dias, e do Havre de Grace em 11, com cailhas de zinco, á companhia das aguas; 10 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Euxine, vapor paquete inglez, capitão G. I. Babot, para a barra do Porto, Vigo e Southampton, com fazendas e fructa; 72 pessoas de tripulação, e 42 passageiros.

Santa Cruz, hiate portuguez, mestre J. A. de Pinho, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Nascimento Feliz, hiate portuguez, mestre J. P. de Campos Junior, para Vianna, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Senhora do Carmo, rasca, mestre J. C. Senna, para Vianna, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Izabel, bateira, mestre A. O. Alegre, para o Porto, com arroz e couros; 5 pessoas de tripulação.

Barcellos, hiate portuguez, mestre A. J. de Gouveia, para o Porto, com palha e pedra; 7 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. dos Santos e Silva, para Setubal, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Reine Blanche, escuna franceza, capitão A. C. Doucet, para Rouen, com varios generos; 7 pessoas de tripulação.

Dois de Julho, patacho portuguez, capitão F. A. Pinto, para Caminha, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Nova Sociedade, hiate portuguez, mestre J. Alexandre, para Faro e Villa Real de Santo Antonio, com cereaes e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Francisco Tavares da Fonseca, João da Cruz Salvador, José dos Santos, maritimos, portuguezes; S. Casente, negociante, hebreu.

Cidade de Belem, galera portugueza, capitão J. S. Lessa Junior, para Maranhão, com vinho, sal, e mais generos; 19 pessoas de tripulação, e 5 passageiros, que são: Antonio Joaquim de Lima com 3 pessoas de familia, Domingos Francisco da Silva, negociantes, portuguezes.

Paraense, barca portugueza, capitão A. J. da Rocha, para o Porto, com sal e mais generos; 16 pessoas de tripulação.

Guillaume Tell, barca franceza, capitão F. des Jardins, para a Terra Nova, com sal; 27 pessoas de tripulação.

Aiglon, patacho sueco, capitão J. Suderberg, para Malmor, com sal; 7 pessoas de tripulação.

S. João Baptista, brigue polaca sardo, capitão N. Patursio, para Nantes, em lastro; 12 pessoas de tripulação.

Flora Louise, caixamarim francez, capitão P. A. Steven, para Dunkerque, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Laurina, barca ingleza, capitão D. Thomsom, para o Rio Grande do Sul, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Marie, brigue francez, capitão E. Hache, para Dunkerque, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Hoppet, patacho sueco, capitão P. B. Romery, para o Porto e Stockholm, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Ville de Paris, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, para S. Nazaire, com vinho, fructa, e mais generos; 24 pessoas tripulação, e 6 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 17 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 17 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 16

Entradas—Galera portugueza *Aurora*, do Maranhão, por Vigo em 1 dia.—Vapor inglez *Aurora*, de Londres em 5 dias.

Saídas—Portuguezes, hiates *Nova União* e *Venturosos*; ambos para Aveiro.

Fôra da barra ficam, o vapor de guerra *Lynee*, e o brigue inglez *Runymede*.

O mar está bom.—O vento NE. e NO., agora N, regulares.

De Caminha, do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NNE.

De Aveiro, dos dias 14, 15 e 16

Não entraram nem saíram embarcações algumas, e no dia 16 ficaram á vista dois hiates.

Mar agitado.—Vento NE.

De Vianna do Castello, do dia 16

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Portuguez, patacho *Anjo da Guarda*, para Malaga, com madeira; hiate *Mensageiro*, para Lisboa, com milho.

Barra e mar bom.—Vento N.

Da Figueira, do dia 16

Entrou o hiate portuguez *Nova União*, do Porto em lastro.

Saídas—Portuguezes, cabiques *Bom Fim* e *Conceição Maria*, para Cezimbra com sal; uma escuna prussiana, para Aveiro em lastro.

Fôra da barra não se avista.

Mar agitado.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento NNE.—Tempo claro.

De Setubal, do dia 16

Entradas—Brigue prussiano *Flora*, de Lisboa em lastro.—Escuna dinamarqueza *Urania*, de Lisboa em lastro.

Saíu o hiate portuguez *Senhora da Guia*, para o Porto, com sal.

Vento NNE. regular.

De Távira, do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento continua N. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 16

Entradas—Vapor inglez *Martly Heill*, de Gibraltar em lastro, em 16 horas.—Brigue belga *Le-cog*, de Gibraltar em 19 dias, em lastro.

Saídas—Francezes, escuna *Eleonore*; brigue *Julie Marie*.—Inglezes, patachos *Alfred e Polly*; todos quatro para Liverpool, com mineral.

O mar está bom.

Vento N. regular.

De Faro, do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fundou fôra da barra a galera *Christiania Andra*, para largar toda a equipagem e 1 passageiro, ao todo 25 pessoas, que era o que tinha a bordo da galera franceza *La Loussime*, a qual saiu de Bordeaux em 15 de fevereiro ultimo, com destino para Saiyong, e sendo abalroada por uma galera ingleza na latitude de 38º ao norte, e longitude 15º a O. de Paris, resultou sossobrar.

Bom tempo.—Vento E.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 17 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 16 de março—3 por cento consolidado a 44,60 e 44,65—3 dito differido a 34,80.

Bolsa de Londres, em 16 de março—3 por cento francez a 68,05—4 1/2 dito a 95,50.

Em 17 de março—3 por cento francez a 67,80—4 1/2 dito a 95,75.

Bolsa de Londres, em 16 de março—Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

Em 17 de março—Consolidados de 94 1/2 a 94 5/8.

AVISOS

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembleia geral convida a mesma para a reunião, que terá logar no dia 23 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de se continuar a discutir a ordem do dia da sessão passada.—O 1.º secretario da mesa, José Guilherme dos Santos Lima.

ASSOCIAÇÃO FRATERNAL DE BARBEIROS, AMOLADORES E CABELLEIROS

O sr. presidente da assembleia geral convoca esta para se reunir no dia 19 do corrente mez, pelas oito horas da noite, sendo a ordem dos trabalhos a continuação da discussão do parecer da commissão revisora, e eleições.

Lisboa e casa da associação, 13 de março de 1860.—O secretario, F. P. do Carmo e Sousa.

MONTE PIO UNIAO

É convocada a assembleia geral a reunir-se quarta-feira 21 do corrente, pelas oito horas da tarde, em conformidade com o n.º IV do artigo 58.º dos estatutos.—O secretario, F. A. Souto Maior Raposo.

FUTURO SOCIAL

É convocada a assembleia geral a reunir-se segunda-feira 19 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite, nas salas do centro promotor. Ordem do dia: continuação de trabalhos pendentes, e palestra sobre os direitos e deveres dos cidadãos, em que é permittido o direito de discussão a todas as pessoas, mesmo estranhas á associação.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS